

SISTEMA DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPÍRITO SANTO — SiMAPP

RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

CICLO 2020

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA
Jacqueline Moraes da Silva

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER
Marcelo Calmon Dias

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – ESESP
Nelci do Belem Gazzoni

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES
Cristina Engel de Alvarez

Equipe Técnica
Katia Cesconeto de Paula
Kiara de Deus Demura
Latussa Laranja Monteiro
Lígia da Motta Silveira Borges
Michele Gasparini de Miranda
Pablo Medeiros Jabor
Pablo Silva Lira
Pedro Costa Leite
Victor Nunes Toscano

Fotografia
Alex Haraus | Pexels

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 4
2. PLANO ESTADUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE 2020 8
3. ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES 10
3.1. Escola em Tempo Integral 10
3.1.1. A política 10
3.1.2. Metodologia de avaliação 12
3.1.3. Os Resultados 12
3.2. Bolsa Capixaba 18
3.2.1. A política 18
3.2.2. Metodologia de avaliação 18
3.2.3. Os Resultados 20
3.2.4. Recomendações para os Órgãos finalísticos 24
3.3. Nossa Bolsa 27
3.3.1. A política 27
3.3.2. Metodologia de avaliação 28
3.3.3. Os Resultados 29
3.4. Programa Reflorestar 37
3.4.1. A política 37
3.4.2. Metodologia de avaliação 37
3.4.3. Os Resultados 38
3.5. Funcultura 45
3.5.1. A política 45
3.5.2. Metodologia de avaliação 46
3.5.3. Os Resultados 48
3.5.4. Recomendações para os Órgãos finalísticos 52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 52
5. REFERÊNCIAS 53

1. APRESENTAÇÃO

O **SiMAPP — Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo —** foi instituído através da Lei Estadual nº 10.744 de 5 de outubro de 2017[1], sendo o resultado de uma série de estudos e esforços empreendidos junto ao Governo do Estado, sob coordenação exercida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) desde meados do ano de 2015.

Atualmente, o IJSN, com seus 45 anos de história dedicados à produção de conhecimento científico e ao desenvolvimento do estado do Espírito Santo, reforça de forma republicana, norteado pela premissa da honestidade intelectual, às diretrizes do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo.

Segundo a lei que criou o SiMAPP, os objetivos gerais e norteadores das suas atividades são os seguintes: institucionalizar o Monitoramento e Avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada ao ciclo orçamentário, aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual e melhorar a qualidade do gasto público, pautando-se sempre pelos princípios da economicidade, eficiência e transparência.

Em sua concepção, o SiMAPP foi pensado para trazer avanços ao planejamento orçamentário do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que fornece dados que viabilizam a promoção de melhorias no desenho e na execução das políticas públicas que, anualmente, são monitoradas ou avaliadas ao longo de um ciclo de atividades. Logo, a relevância do SiMAPP se afigura diante das possibilidades de ação que são conferidas aos gestores públicos de variadas instâncias de governança, que têm a chance de promover uma vida mais digna aos seus cidadãos por meio de políticas públicas planejadas e aperfeiçoadas a partir de uma sólida base teórica e técnica.

Os subsídios levantados pelo SIMAPP também servem como instrumentos para o estabelecimento de uma gestão pública em constante processo de otimização e cada vez mais orientada por resultados, preocupada com o melhor destino e aplicação de seus recursos, e que pensa, formula e executa suas ações e políticas sociais a partir dos dados científicos colhidos por uma equipe altamente especializada e direcionada para este fim.

A existência do SiMAPP é, portanto, sinônimo de pioneirismo e inovação para o ecossistema nacional das políticas públicas baseadas evidências, e o seu pleno e integral funcionamento em território capixaba contribui diretamente para o fortalecimento e difusão da cultura de Monitoramento e Avaliação não apenas no Estado do Espírito Santo, mas também em todo o Brasil. Esta é, inclusive, uma das atribuições institucionais do SiMAPP: estimular e fomentar as práticas de Monitoramento e Avaliação também no contexto e a partir dos próprios órgãos que as executam.

Diante de suas competências e finalidades, cumpre destacar, ainda que brevemente, a forma de organização, gestão e os agentes que compõem o SiMAPP e

[1] Disponível em: < http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>. Acesso em 24.02.2021.

que operacionalizam o seu funcionamento, assim como os caminhos percorridos para o exercício das atividades que permitiram a obtenção das informações que estão descritas neste relatório.

A **Comissão de Análise Estratégia (CAE)** é constituída pelos seguintes secretários de Estado: Secretário de Economia e Planejamento — que é também quem a preside — Secretário de Governo; Secretário de Desenvolvimento; Secretário de Educação; Secretário de Saúde e Secretário de Gestão e Recursos Humanos. O objetivo da Comissão é selecionar as políticas públicas estaduais que serão avaliadas ou monitoradas no âmbito do SiMAPP, em consonância com o Plano Plurianual do Governo do Estado do Espírito Santo. Tal seleção se renova a cada ano, e resulta na elaboração do Decreto Estadual que contém o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, relacionando todas essas políticas num único instrumento legal.

Por sua vez, o **Núcleo de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas (NUMA)** é responsável por coordenar, acompanhar e realizar os processos que concretizam as avaliações e monitoramentos das políticas que foram selecionadas pela CAE. Quem lidera suas atividades é o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), sendo que o Núcleo também é composto por representantes da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP); Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER); Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

Já aos **Órgãos Finalísticos** cabe a tarefa de propor, formular e executar as políticas públicas per si, que acabam sendo incluídas como objeto de monitoramento ou avaliação. É o caso das secretarias que desenvolvem, planejam e cumprem com a agenda de trabalho de uma determinada política que tenha sido concebida na seara de suas competências. Também é dever dos Órgãos Finalísticos implementar as mudanças necessárias a partir dos dados, evidências e recomendações que são levantados pelo NUMA, na figura do Instituto Jones dos Santos Neves.

Todos os agentes mencionados acima — **CAE, NUMA** e **Órgãos Finalísticos** — atuam conjuntamente em prol do alcance dos objetivos conferidos ao SiMAPP, e cada um exerce papel fundamental e singular dentro dessa dinâmica complexa e integrada de operação. É preciso destacar que há uma razão de ser específica para a inclusão dos órgãos públicos que compõem a estrutura de cada um dos elementos do SiMAPP, ou seja, estão incluídos os atores do Governo do Estado que mais têm a contribuir de acordo com a sua natureza e propósitos institucionais, assumindo e desenvolvendo funções, que no contexto do SiMAPP, corroboram para o seu fortalecimento e excelência.

Uma vez entendida sua estrutura, também é interessante que tratemos sobre as diferentes abordagens metodológicas seguidas pelo SiMAPP para quando se fala em práticas de Monitoramento e Avaliação. Cada qual é escolhida de acordo com as necessidades de compreensão e de levantamento sobre alguma política, estágio de desenvolvimento ou de execução do programa, natureza dos dados e informações que se pretende extrair sobre o seu desempenho, dentre outros critérios.

Apresentaremos este tema de maneira resumida, apenas para que o leitor entenda com mais clareza as informações e resultados dos projetos de avaliação que estão descritos neste relatório. Recomendamos o acesso da íntegra dos guias criados pelo Instituto Jones do Santos Neves e da Nota Técnica nº 56[2], nos quais constam um conteúdo mais detalhado sobre o SiMAPP e também sobre cada linha de avaliação descrita abaixo:

Avaliação Ex ante — ocorre antes da implementação de uma nova política e tem o fim de tornar o seu desenho mais efetivo, verificando sua viabilidade e necessidades específicas em consonância com o contexto do problema atacado.

Avaliação Ex post — destinada a uma política já em curso de execução ou encerrada, podendo medir o impacto de seus resultados em relação ao desenho, aos processos adotados, ao custo benefício, etc.

Análise Executiva — é uma espécie de avaliação ex post, mas que busca observar o desempenho geral da política como um todo, levando em conta o seu período de vigência.

Monitoramento — instrumento utilizado para acompanhar o percurso de uma política desde a sua implementação, sendo executado de forma paralela ao seu desenvolvimento.

Assim, quando uma política pública é selecionada pela CAE e incluída no Plano Anual de M&A, primeiro entende-se qual linha metodológica lhe é mais adequada. Ato contínuo, é elaborado um projeto de pesquisa personalizado de acordo com as características de cada política, que serve para instrumentalizar as atividades e procedimentos que garantirão o alcance dos resultados esperados. Procede-se então com a aprovação do projeto, e em seguida, com a obtenção dos recursos financeiros para o seu início e prosseguimento[3]. Cada projeto traz um cronograma e plano de trabalho específico, descritivos de como será o seu desenvolvimento e evolução.

Visto que o NUMA, liderado pelo IJSN, é o núcleo do SiMAPP responsável por executar diretamente as ações de monitoramento e avaliação, cada projeto de pesquisa é coordenado por algum de seus pesquisadores, profissionais amplamente capacitados, com formação acadêmica e prática que os torna aptos para conduzir as atividades do cronograma de cada projeto. Os coordenadores ainda contam com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por técnicos, servidores de carreira de

[2] Disponível em: < http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6376>. Acesso em 24.02.2021.

[3] "Em linhas gerais, as principais formas são a utilização de recursos próprios dos órgãos, as transferências de recursos governamentais, parcerias com organizações de fomento e o mecanismo de financiamento de programas institucionais de governo para pesquisa e avaliação. Este último é um mecanismo relativamente recente de financiamento entre órgãos do governo do Estado, coordenado pela FAPES. Uma vez que outras formas de financiamento são usuais nas atividades de governo, será explicado apenas o mecanismo de financiamento interinstitucional, que é uma inovação envolvida no processo". Trecho extraído da seção *Mecanismo de Financiamento*, da Nota Técnica nº 56 elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves.

diversas áreas do conhecimento, bolsistas, além de toda a estrutura do IJSN, o que contribui ainda mais para a robustez e seriedade do trabalho do SiMAPP.

Por determinação da instrução de serviço conjunta IJSN/SEP/SEFAZ/SEGER/ SESA/FAPES/ESESP/SEDH/SEAMA/SESP/SEJUS/SETADES/SEDU nº 49[4], publicada no DIO/ES de 24 de maio de 2018, são mantidos **Grupos Executivos de Trabalho** relativos a cada projeto, que se reúnem periodicamente com o fim de atualizar a todos os representantes do NUMA sobre os avanços na pesquisa destinada a avaliar ou monitorar uma certa política pública inserida no SiMAPP. Na ocasião do encontro de cada grupo, o coordenador do projeto informa a todos sobre os andamentos e detalhes mais relevantes da pesquisa, momento que é oportuno para o debate, sugestões de melhoria ou construção de novas diretrizes para o projeto em questão.

Ao longo do ano de 2020, cada grupo de trabalho que se refere às avaliações apresentadas neste relatório, reuniu-se, em média, 3 vezes com este único fim, hábito que, além de demonstrar uma gestão democrática e republicana para o SiMAPP, também permite uma série de trocas entre todos os interessados e responsáveis por cada projeto, reforçando a importância e a riqueza de uma atuação em rede entre todos os agentes do NUMA.

De igual maneira, no exercício do objetivo inovador de disseminar e estimular a cultura de monitoramento e avaliação no Estado do Espírito Santo, por meio do SiMAPP, o IJSN promoveu em 2020 o seminário "Políticas Públicas Baseadas em Evidências: Relevância da Integração Institucional do M&A", transmitido ao vivo para participantes de todo o Brasil, e que até o momento, já alcançou a marca de 1.530 visualizações no Youtube[5]. O seminário foi apresentado na ocasião do evento **"Semana de Avaliação gLocal 2020**", organizado pela **FGV EESP-CLEAR** com o fim de promover a troca de experiências e valorizar o conhecimento global sobre as práticas de monitoramento e avaliação (M&A) das políticas públicas locais. O conteúdo facilitado pelo IJSN[6] cumpriu com a agenda elaborada pelos próprios organizadores do evento, e além de apresentar o SiMAPP para uma rede de profissionais interessados, também abordou temas atuais como "Monitoramento e Avaliação: Aspectos Metodológicos" e "Políticas Públicas Baseadas em Evidências: Perspectivas Globais e Locais".

Imbuído do compromisso de difundir a cultura do M&A no território capixaba, em 2019 e 2020 o IJSN efetivou e ampliou relevantes parcerias com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), junto ao Programa de Pós Graduação em Economia (PPGECO), que forma profissionais aptos a trabalharem com pesquisa acadêmica em instituições de ensino, empresas privadas e setor público, com foco na imersão em Teoria Econômica e Métodos Quantitativos, e também afunilou suas relações com o

[4] Disponível em <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4088#/p:13/e:4088?find=grupo%20executivo%20de%20trabalho>. Data de acesso: 24.02.2021.

[5] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKKTafEMUmY&t=614s> e <https://www.youtube.com/watch?v=ffIOdAby0oA&t=9762s >. Acesso em 23.03.2021.

[6] Todo o conteúdo facilitado no evento no evento pode ser encontrado em <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5615-politicas-publicas-baseadas-em-evidencias> . Acesso em 23.03.2021.

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) por meio de sua Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas e Social (SecexSocial), fortalecendo assim a atuação horizontal e em rede de diversos setores da administração pública, que coadunam os esforços necessários para a entrega de melhores resultados pelo SiMAPP.

Cumpre ainda destacar o papel fundamental desenvolvido pelo IJSN no combate à pandemia da COVID-19 no Espírito Santo, que para tanto, mobilizou a equipe e as inteligências do SiMAPP e de demais servidores do Instituto, sem interromper o curso de seus projetos, visando o atingimento de mais uma nobre missão em favor da sociedade capixaba. Dentro do escopo dessas ações de enfrentamento à pandemia, cita-se a criação do ***"Observatório Covid-19"***, uma iniciativa do IJSN que tem por objetivo congregar estudos e pesquisas sobre o tema da situação pandêmica instalada no Espírito Santo, Brasil e no mundo. O IJSN tem atuado em diferentes frentes e linhas de pesquisas, no monitoramento e análise dos dados relativos à Covid-19, de modo a subsidiar o Governo do Estado do Espírito Santo na tomada de decisões e enfrentamento ao momento de crise, sempre baseando-se em evidências científicas.

Todos esses esforços, que perfizeram as atividades do SiMAPP ao longo de 2020, estão agora traduzidos no presente relatório. Todavia, os resultados que serão apresentados a seguir estão trazidos de maneira sintetizada, pois se pretende uma devolutiva mais enxuta sobre as atividades que foram desenvolvidas ao longo do último ano. Para maiores informações sobre os dados e recomendações decorrentes de cada projeto, é possível acessar o site do IJSN, onde constam os sumários executivos e relatórios mais aprofundados sobre cada avaliação finalizada.

2. PLANO ESTADUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE 2020

No ano de 2020 o SiMAPP completou seu terceiro ciclo de atividades. Este ciclo teve início através do Decreto nº 4.639-R[7], publicado no Diário Oficial do dia 30 de abril de 2020. Nesta ocasião, estabeleceu-se a versão atualizada do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação, que selecionou as seguintes políticas públicas como objeto de trabalho: **Bolsa Capixaba**, **Escola Em Tempo Integral**, **Nossa Bolsa**, **Programa Reflorestar** (avaliações *ex post*) e **Funcultura** (análise executiva). Portanto, em relação ao ciclo de 2019, duas políticas públicas deixaram de integrar o SiMAPP em 2020: *Rede Cuidar* e *Políticas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Programa Patrulha Maria da Penha e Programa Homem que é Homem)*, motivo pelo qual não estão incluídas neste relatório.

Para o ciclo de 2021, as políticas **Funcultura** e **Bolsa Capixaba** também sairão do SiMAPP, visto que suas avaliações já foram concluídas. Em breve, o relatório sobre os resultados de ambas as políticas será disponibilizado no site do IJSN, onde, reitera-se, também é possível encontrar os relatórios dos ciclos anteriores, além de demais

[7] Disponível em < https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4833#/p:9/e:4833?find=4639-R >. Data de acesso: 24.02.2021.

sumários executivos[8] que contêm mais detalhes sobre todas as políticas que já passaram pelo SiMAPP.

Na presente versão do relatório, promovemos algumas alterações em sua estrutura. Ainda com o condão de apresentar sucintamente os resultados obtidos ao longo de mais um ano de funcionamento do SIMAPP, o coordenador de cada avaliação nos informa sobre os três pontos mais importantes para o entendimento de seus trabalhos: natureza e características da política avaliada, metodologia de avaliação utilizada e resultados e recomendações preliminares aos órgãos finalísticos (caso a avaliação da política já tenha sido concluída). Tal estrutura foi pensada com o fim didático de facilitar a compreensão dos dados encontrados, a forma como foram obtidos e o que se esperava da política avaliada a partir do seu desenho inicial.

Diante de um ano tão atípico e desafiador, em que todos atravessamos a pandemia de COVID-19 testemunhando tantas vidas serem perdidas e lidando com um cenário mundial extremamente incerto, é preciso destacar a resiliência e o trabalho duro de todos os pesquisadores envolvidos no SiMAPP, que mesmo nessas condições, não mediram esforços para que mais um ciclo de atividades fosse concluído com sucesso. Além disso, o IJSN tem contribuído com uma série de pesquisas, monitoramento e levantamento de dados, à luz da literatura especializada de M&A, que auxiliam o Governo do Estado no combate à pandemia, o que exigiu de nossos colaboradores um alto grau de adaptação em razão do aumento no ritmo de demandas e entregas.

Neste sentido, em conjunto com instituições estaduais parceiras como SECONT (Secretaria de Controle e Transparência), SESA (Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo), CBMES (Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo) e PRODEST (Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo), o IJSN, através das vivências e saberes do SiMAPP, contribuiu para o monitoramento dos indicadores da pandemia no Estado, fazendo com que o Espírito Santo alcançasse as posições mais elevadas no índice de transparência das estatísticas sobre a pandemia da COVID-19, estabelecido pela organização ***Open Knowledge Brasil*** **(OKBR)**[9].

Já no âmbito do *Observatório Covid-19,* até o presente momento o IJSN disponibilizou à sociedade civil e gestores públicos, por meio de algumas notas técnicas[10], os resultados de uma série de pesquisas e levantamentos decorrentes do

[8] Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/cma/publicacoes>. Acesso em: 24.02.2021.

[9] A Open Knowledge Brasil (OKBR), também chamada de Rede pelo Conhecimento Livre, é o capítulo da Open Knowledge Internacional no Brasil. Ela é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos e apartidária, que tem o objetivo de desenvolver ferramentas cívicas, projetos, análises de políticas públicas, jornalismo de dados e promover o conhecimento livre nos diversos campos da sociedade. O Índice de Transparência da Covid-19 é uma iniciativa da OKBR para avaliar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia do novo coronavírus que têm sido publicados em portais oficiais pela União, pelos estados brasileiros e pelas suas capitais. No índice, o Espírito Santo ocupa a terceira posição como o Estado mais transparente na divulgação de dados em relação à pandemia. Disponível em: < https://transparenciacovid19.ok.org.br/> . Acesso em 23.01.2021.

[10] Notas técnicas disponíveis em: < http://www.ijsn.es.gov.br/observatorio-covid-19 >. Acesso em 23.01.2021.

acompanhamento da pandemia no Estado. Além de informar a população sobre o trabalho realizado, esses documentos também demonstram os reflexos percebidos em diversas esferas da sociedade, e fornecem as diretrizes corretas para monitorar e processar os dados recolhidos diariamente sobre a pandemia, possibilitando que o Governo tome as decisões mais acertadas e com base em evidências para superar os desafios destes tempos. Como exemplo, destacamos os boletins mensais "Covid-19 Seguro Desemprego" e o desenvolvimento da cartilha "Estratégia de Mapeamento de Risco e Medidas Qualificadas no Espírito Santo", que se deu em conjunto com o Centro de Comando e Controle (CCC) do Governo do Espírito Santo e que tem o objetivo apresentar a Estratégia de Mapeamento de Risco implementada pelo Governo do Estado no enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Por fim, ao entregar o relatório de seu terceiro ciclo de atividades, o SiMAPP cumpre e reitera o compromisso firmado com a população capixaba desde a sua fundação: promover uma sociedade mais justa por meio de políticas públicas baseadas em evidências — e que são, portanto, mais efetivas — e traçar o caminho para uma gestão pública orientada por resultados, com foco no cidadão. Neste ato, as atividades desenvolvidas pelo SiMAPP tornam-se públicas e acessíveis a todos, garantindo o controle social sobre seus atos, e atendendo plenamente ao princípio da publicidade, uma de suas diretrizes mais importantes[11].

3. ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES

A presente seção tem o objetivo de apresentar as percepções e resultados obtidos pelos pesquisadores do IJSN ao longo de mais um ano de avaliação das políticas públicas estaduais selecionadas para integrarem o SiMAPP em 2020. É dividida em 5 subseções, cada qual destinada a uma política específica.

3.1. Escola em Tempo Integral

Projeto coordenado por Kiara de Deus Demura

3.1.1. A política

A Secretaria de Estado da Educação (SEDU) oferta ensino em tempo integral para a rede estadual no Espírito Santo desde 2015. Com o objetivo de implementar uma rede de Escolas de Ensino Médio em Turno Único, seu currículo agrega três grupos de componentes: i) as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio; ii) a Matriz para o Exame

[11] "As informações referentes aos resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas deverão ser publicadas em meio de comunicação oficial, em consonância com o princípio da publicidade e da transparência". Art. 10º da Lei nº 10.744/17 (ESPÍRITO SANTO, 2017).

Nacional do Ensino Médio – ENEM, e; iii) as Disciplinas Integradoras. Tais disciplinas integradoras são aquelas voltadas às questões de convívio em sociedade e autonomia pessoal e buscam, sobretudo, preparar o estudante em todas as suas dimensões. Neste sentido, as disciplinas contemplam questões plurais tais como cidadania, ciências políticas, ética, cultura, artes, esporte, lazer, direitos humanos, educação ambiental, comunicação, entre outros.

Em 2019, o programa de ensino integral sofreu alterações a partir da Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro do mesmo ano, tornando-se Escola em Tempo Integral. Seus novos objetivos foram estabelecidos conforme o Artigo 2 (ESPÍRITO SANTO, 2019)[12], sendo eles:

> *I - Ampliar tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado;*
>
> *II - Aumentar a proficiência relativa aos conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e cada disciplina e o fluxo dos estudantes, visando diminuir a evasão escolar e o abandono;*
>
> *III - Formar crianças, adolescentes e jovens autônomos, críticos e participativos;*
>
> *IV - Fomentar o diálogo entre Poder Público, Comunidade Escolar e Sociedade Civil; e*
>
> *V - Promover o desenvolvimento das múltiplas dimensões da infância, adolescência e juventude, considerando o corpo, a mente e a vida social.*

Com a publicação da Portaria nº 145-R, de 19 de dezembro de 2019, regulamentou-se a oferta de educação em tempo integral na rede estadual de ensino. São previstas duas modalidades de carga horária diária: de 9h30min para Ensino Fundamental e Ensino Médio, e de 7h diárias para estudantes do Ensino Médio. Os estudantes de Ensino Médio em tempo integral ainda poderão cursar o ensino técnico integrado, a depender da unidade de ensino. Ademais, terão a oportunidade de disputar vagas de estágio exclusivas para os estudantes desta modalidade no Programa Jovens Valores[13].

Em 2020, o número de escolas ampliou de 36 para 62 escolas[14], e em 2021 foram implementadas 31 novas escolas. Ao todo, as 93 escolas em tempo integral estão distribuídas em 49 municípios do Espírito Santo, onde 52 ofertam turnos de 9h30min, 38 ofertam turnos de 7h, e 3 escolas ofertam ambos os turnos.

[12] ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 928, de 25 de nov. 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências.
[13] ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 4577-R, de 11 de fevereiro de 2020. Altera o Decreto nº 3388-R, de 24 de setembro de 2013, no que dispõe sobre o Programa Jovens Valores e dá outras providências.
[14] ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 026-S, de 14 de fevereiro de 2020. Identifica escolas públicas estaduais que oferecerão Educação em Tempo Integral, nos termos da Lei Complementar nº 928 de 25 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo, em 26/11/2019.

A oferta de ensino em tempo integral para a rede estadual no Espírito Santo responde às metas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação[15] (PNE) e no Plano Estadual de Educação do Espírito Santo[16] (PEE). Conforme as Metas número 6 do PNE e do PEE, o objetivo é "oferecer educação integral e de tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, tanto as do campo quanto as da cidade, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica".

3.1.2. Metodologia de avaliação

O objetivo da Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral é avaliar o impacto do programa sobre o desempenho e rendimento – isto é, quantitativos de aprovação, reprovação e abandono – dos alunos que estudam em tempo integral relativamente aos estudantes do tempo parcial.

Considerando alguns resultados da pesquisa, foram traçadas novas atividades:

i- Levantamento de informações documentais e normativas, referencial teórico e empírico;

ii- Levantamento de dados externos;

iii- Análise de Perfil: escolas, alunos, responsáveis, equipe pedagógica e administrativa;

iv- Avaliação de Impacto: implementação de métodos econométricos de estimação sobre o banco de dados da pesquisa.

Com vistas à avaliação baseada em evidências, as atividades elencadas possibilitam reunir informações a respeito da política, tais como o problema que pretende resolver e/ou mitigar, o contexto político e socioeconômico em que foi implementada, as alterações ocorridas ao longo dos anos, dentre outros. Ademais, as atividades buscam levantar dados e informações que possam estar relacionados ao tema da avaliação, bem como examinar os métodos econométricos mais adequados, inclusive considerando a disponibilidade e especificidade dos dados.

3.1.3. Os Resultados

Até o presente momento foram realizadas as atividades de levantamento de informações documentais e normativas, referencial teórico e empírico (i), bem como dados externos (ii).

O levantamento do referencial teórico e empírico foi desagregado em dois componentes. O primeiro se refere à literatura dedicada à educação integral do

[15] BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.
[16] ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025.

indivíduo, fundamentada especialmente nos estudos das áreas da Educação e Sociologia. A este respeito, ressalta-se a documentação de uma tendência nacional e internacional de expansão da carga horária nas escolas de ensino fundamental e médio, em resposta aos estudos econômicos, especialmente aqueles amparados por teorias de capital humano.

O segundo, por sua vez, relaciona-se à literatura dedicada às análises de impacto de políticas públicas, com foco sobre as políticas educacionais no Brasil e resto do mundo. Este componente apresenta, em específico, o ferramental matemático, estatístico e econométrico adequado à realização das avaliações de impacto de políticas públicas, identificando as características de cada um dos métodos e suas respectivas limitações. Como resultado deste levantamento, organizou-se dois quadros (A e B) que buscam, de forma simples e visual, elencar os principais elementos contidos em cada um dos trabalhos que compõem os referenciais teórico e empírico.

O Quadro A exemplifica o levantamento de estudos acerca da educação integral do indivíduo. A partir dessa literatura, é possível notar não só a relevância socioeconômica do ensino integral, como também a sua evolução ao longo do tempo, tanto no Brasil como em demais países.

Quadro A – Exemplo do quadro dedicado aos estudos sobre a educação integral do indivíduo:

REFERÊNCIA	TÍTULO	OBJETIVO	OBSERVAÇÕES	REFERENCIAL TEÓRICO
Pestana (2014)	Afinal, o que é Educação Integral?	Definir o que é Educação Integral segundo a literatura da educação	Define e diferencia: educação integral, tempo integral e proteção social. Traça uma linha do tempo com as iniciativas da educação integral no Brasil	Carvalho (2006); Maurício (2006); Teixeira (1967); Gadotti (2009)

Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

Por sua vez, o Quadro B apresenta um exemplo do levantamento de estudos dedicados a avaliações de políticas públicas, em especial aquelas direcionadas às políticas educacionais. A partir desse levantamento, dentre os estudos que adotam métodos não experimentais, nota-se a prevalência da utilização de pareamento entre os componentes dos grupos de tratamento e de controle por meio do método *Propensity Score Matching* – para casos de políticas que apresentam viés de seleção – associado à mensuração de impacto a partir do método Diferenças em Diferenças. No entanto, torna-se importante ressaltar que existem alternativas à mensuração de impacto, e que esta escolha está, via de regra, vinculada à disponibilidade e característica das bases de dados que amparam o estudo.

Quadro B – Exemplo do quadro dedicado aos estudos e avaliações de impacto de políticas públicas educacionais:

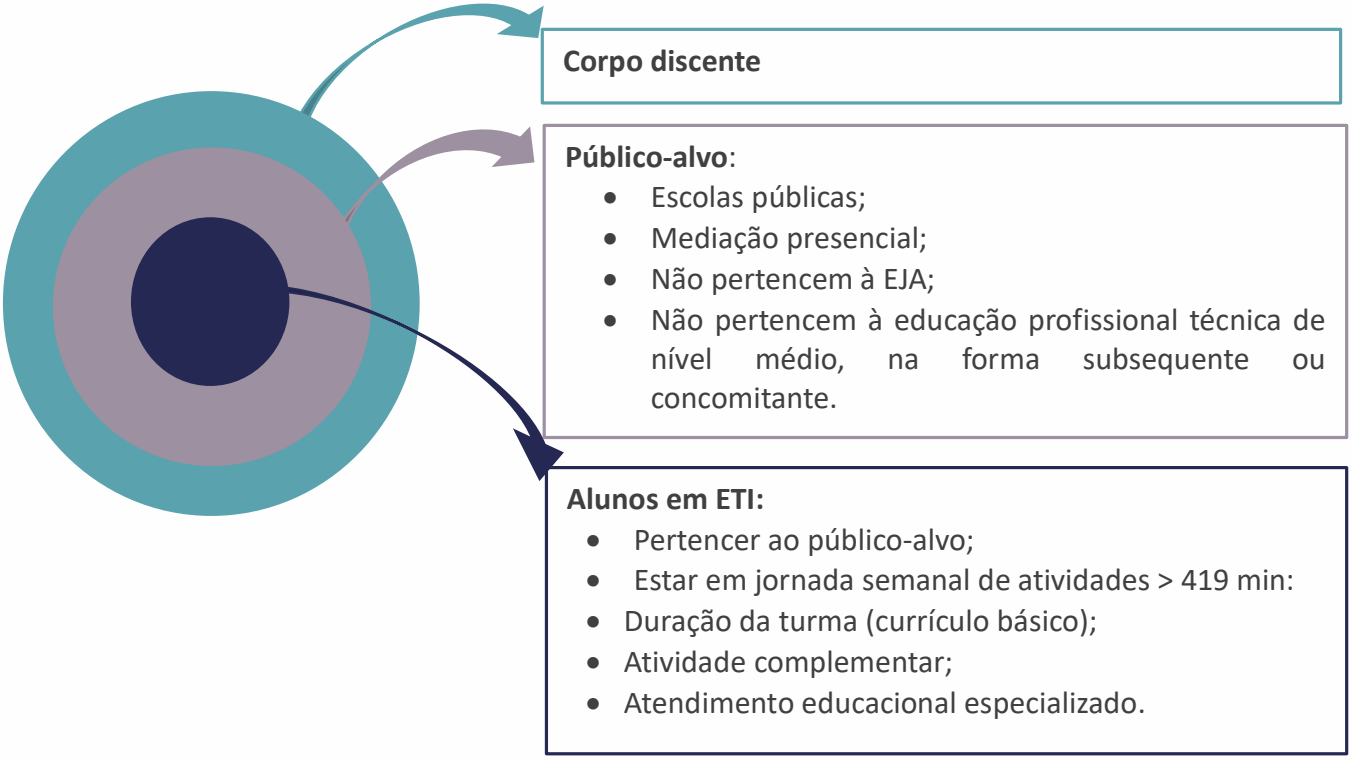
REFERÊNCIA	TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	DADOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Almeida et al. (2016)	*Assessing the impacts of Mais Educação on educational outcomes*	Mensurar o impacto do Programa Mais Educação nos testes de português, matemática e nos números de abandono escolar	Diferenças em diferenças com pareamento por escore de propensão (*probit* + vizinho mais próximo)	Prova Brasil e Censo Escolar (INEP) de 2008 e 2010	O estudo conclui que, em média, o Programa Mais Educação não apresenta impacto sobre as taxas de abandono, e (...)	Na comparação entre os grupos de escolas, o grupo de tratamento já apresenta notas inferiores antes da implantação do programa, devido ao contexto socioeconômico.

Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

Dentro do levantamento de dados externos estão os cálculos dos indicadores de alunos em jornada de educação em tempo integral (ETI). A referência utilizada foi a metodologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[17] para o acompanhamento da Meta 6 do PNE, referente ao tempo integral. As bases de dados utilizadas provêm dos microdados do Censo Escolar, onde constam informações de matrícula e carga horária, dentre outras informações não identificadas dos alunos. A Figura 1 mostra as etapas de cálculo. Conforme pode ser observado, os alunos de ETI representam parte do público-alvo da política que, por sua vez, está contido no total do corpo discente do estado:

[17] Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 (INEP, 2020).

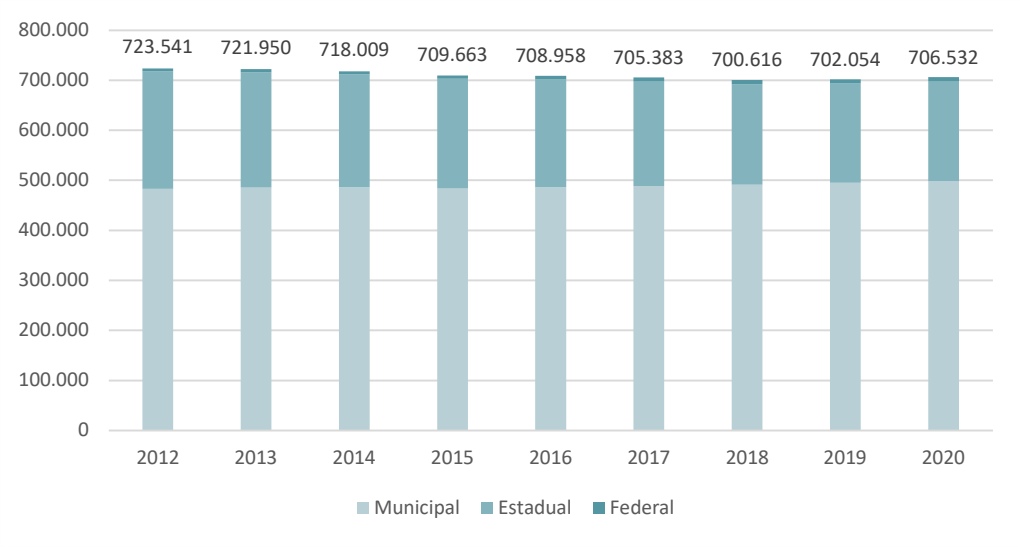
Figura 1 – Metodologia de cálculo: alunos em jornada de ETI



Fonte: INEP (2020).
Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

O Gráfico 1 evidencia o quantitativo de alunos pertencentes ao público-alvo da ETI no Espírito Santo entre os anos de 2012-2020. Ao longo do período analisado, houve um decréscimo de 2,35% no total de alunos das escolas públicas matriculados em tempo integral. Apesar de a rede federal ser pequena em relação às demais redes públicas, houve aumento de 51,24% do público-alvo.

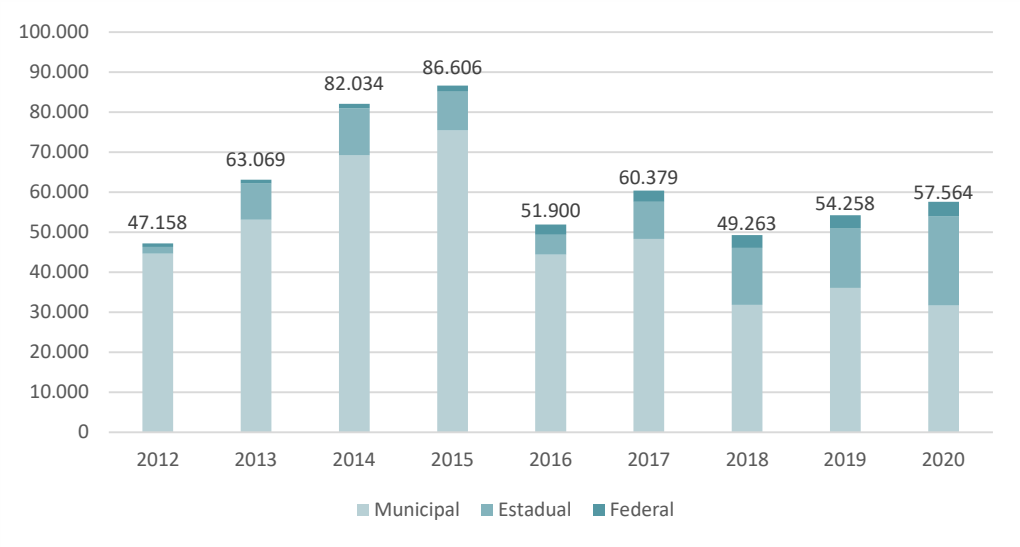
Gráfico 1 – Alunos pertencentes ao público-alvo da ETI, por rede de ensino, 2012-2020



Fonte: Censo Escolar (INEP, 2021).
Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

Já o Gráfico 2 mostra o quantitativo de alunos que estudam em jornada média igual ou superior a 7 horas diárias, entre 2012-2020. O número de alunos flutuou durante o período, porém, com taxa de crescimento de 22,06%. As redes estadual e federal apresentaram crescimento, contudo, houve redução na rede municipal.

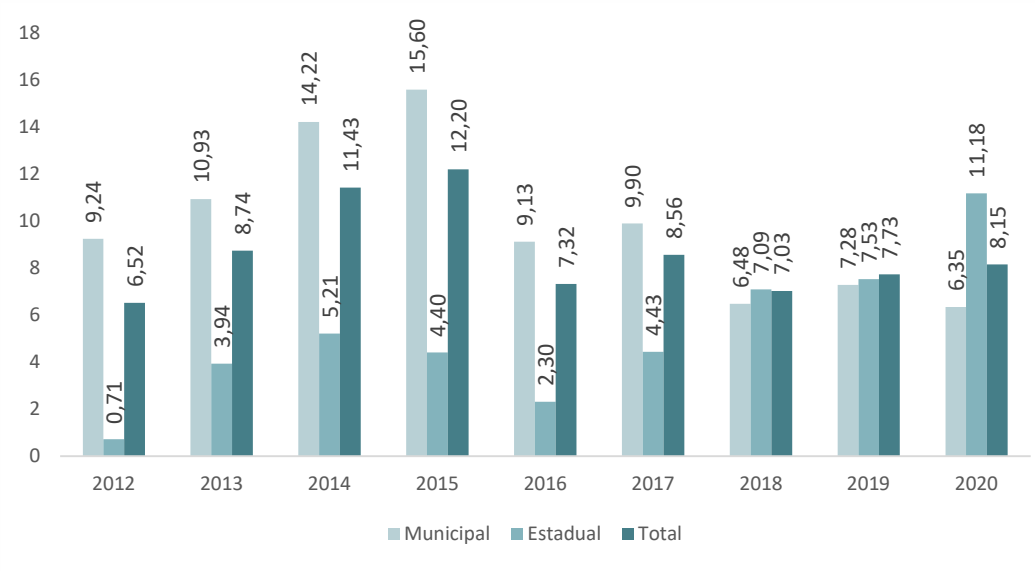
Gráfico 2 – Alunos do público-alvo em jornada de ETI, por rede de ensino, 2012-2020



Fonte: Censo Escolar (INEP, 2021).
Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

O desdobramento dos gráficos anteriores pode ser observado no Gráfico 3. O percentual de alunos em ETI aumentou de 6,52% em 2012, para 8,15% em 2020. No entanto, houve redução no número de alunos em ETI da rede municipal de 2,89 p.p. no período.

Gráfico 3 – Percentual de alunos em ETI, por rede de ensino, 2012-2020



Fonte: Censo Escolar (INEP, 2021).
Elaboração: Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral.

Mediante o tamanho da rede municipal, o esforço da rede estadual em abrir novas vagas em tempo integral contribuiu para o resultado positivo de toda a rede pública. Especialmente em 2020, quando a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) ampliou a oferta de ensino pelo Programa Escola em Tempo Integral em mais 26 escolas, a redução observada na rede municipal foi compensada e ainda resultou no aumento de 0,42 p.p. no indicador do estado, relação a 2019.

Como já mencionado, estes resultados preliminares fazem parte das atividades de pesquisa observadas como relevantes para a avaliação do Programa Escola em Tempo Integral. As informações levantadas, seja por meio de literatura teórica ou empírica, seja por meio dos dados e indicadores, serão utilizadas para a realização da avaliação baseada em evidências. A pesquisa está prevista para encerramento em março de 2022.

3.2. Bolsa Capixaba

Projeto coordenado por Victor Nunes Toscano

3.2.1. A política

O Projeto Bolsa Capixaba, iniciado em janeiro de 2012 e gerido pela Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), integra o Programa Incluir como uma ação de transferência direta de renda a famílias extremamente pobres no Estado do Espírito Santo.

O problema central abordado pelo Projeto Bolsa Capixaba é a existência de 123 mil famílias em situação de extrema pobreza no Espírito Santo em 2017, de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A linha de extrema pobreza adotada no projeto é a do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - R$89,00 (oitenta e nove reais) *per capita*.

O Bolsa Capixaba foi criado pela Lei nº 9.753/11[18], com objetivo de contribuir para a erradicação da extrema pobreza no Estado do Espírito Santo. Atualmente, o Bolsa Capixaba complementa a renda per capita de famílias extremamente pobres com criança de 0 a 6 anos de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Espírito Santo até as famílias alcançarem a renda mensal por pessoa de R$ 109,00 (cento e nove reais), incluindo o valor que a família recebe do PBF.

3.2.2. Metodologia de avaliação

Pensar em políticas públicas é pensar em aspectos que envolvem diferentes áreas e instituições, assim como sujeitos e, por conseguinte, suas necessidades. Tais aspectos emergem por influência de cenários históricos, econômicos, sociais e políticos tidos como desafiadores por parte dos governantes (TREVISAN, BELLEN, 2008).

Dentre as possibilidades de uma política não atingir os objetivos propostos, está o desenho e suas contrariedades, bem como problemas de formulação (IJSN, 2018). Considerando que uma política pública precisa estar alicerçada em um modelo teórico que consiga identificar a problemática social e propor uma intervenção que atinja, de fato, os objetivos propostos, a avaliação de desenho propõe uma análise da teoria de forma a observar sua coerência. “Trata-se de um processo analítico para identificar a existência de erros ou falhas no desenho e propor mudanças a fim de superá-los”[19].

A proposta desta avaliação é revisitar o desenho da política pública já em execução e analisar alguns pontos, dentre eles: os pressupostos escolhidos inicialmente no processo de formulação e as evidências recentes observadas, o grau de focalização

[18] ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 9.753 de 16 de dez. de 2011. Cria o Projeto Bolsa Capixaba – PBC, destinado a ações de transferência de renda e dá outras providências. Disponível em: Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9753.html. >. Acesso em 23.03.2021.

[19] IPEA, 2018, p. 139

do público elegível e os incentivos gerados com a política. Assim, a avaliação de desenho é recomendada "como forma de verificar as hipóteses estabelecidas para a política quando da sua formulação, ou mesmo aprofundar pontos e definições que na época não se apoiavam em evidências claras para a sua adoção"[20].

No exercício de verificação de hipóteses e análise de teoria há a possibilidade de se pensar em outras alternativas para a política, levando em consideração diferentes possibilidades de processos, insumos, produtos, atividades e, inclusive, resultados e metas. Os resultados desse exercício analítico são apresentados neste documento de maneira sintética para uma compreensão mais objetiva das recomendações apontadas ao longo da pesquisa.

A primeira tarefa foi revisitar a formulação do problema que a política busca resolver. O projeto complementa a transferência de renda realizada pelo Programa Bolsa Família e contribui para ampliar a renda total das famílias beneficiárias, com vistas a possibilitar melhorias na qualidade de vida e ampliação do acesso a serviços e políticas públicas.

Entretanto, a descrição do problema deixa implícito várias hipóteses, em especial, sobre qual definição de pobreza a política busca resolver. As discussões realizadas pela equipe, resultaram em uma redação que deixa evidente que a transferência de renda promovida pelo Bolsa Capixaba não tem capacidade de superar a pobreza em todos os seus aspectos, mas sim, em um componente específico: a insuficiência de renda da família.

A discussão sobre qual seria o parâmetro que define o grau de insuficiência de renda da família, perpassa o estabelecimento de uma linha de pobreza que reflita o padrão de vida mínimo ao qual o Estado deveria viabilizar às famílias. Dos tipos existentes de linha de pobreza, recomenda-se a adoção de uma linha de pobreza absoluta como critério de elegibilidade para o programa. Neste tipo de linha, fatores que envolvem a nutrição e a necessidade calórica tornam-se os principais parâmetros que irão definir o que se considera uma "cesta adequada" ao consumo. Por essa razão, as linhas absolutas são majoritariamente utilizadas em países considerados pobres e de renda média, onde há mais ocorrência de insegurança alimentar.

O Bolsa Capixaba já adotava esse tipo de linha em seu desenho inicial. Entretanto, a definição apresentava pouco fundamento teórico, de modo que os padrões de vida descritos por ela são facilmente contestáveis e com baixa aderência à realidade das famílias. Nesse sentido, a recomendação foi a utilização da formulação do Banco Mundial, que define como linha de extrema pobreza o acesso a US$ 1,90 por pessoa por dia, considerando o conceito de Paridade de Poder de Compra (PPC). Esse conceito ajusta os padrões de consumo segundo o nível de preços e o câmbio de cada país. No momento da pesquisa adotou-se o valor ajustado de R$ 146,90 por pessoa ao mês, valor adotado como referência pelos institutos de pesquisa nacionais (em especial o IBGE) e pela Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que tem como primeiro

[20] IPEA, 2018, p. 139

objetivo erradicar a pobreza extrema de acordo com este parâmetro[21]. É importante deixar claro que este valor deve ser atualizado para que se mantenha o poder de compra da cesta de produtos mínima a qual o valor transferido pretende manter o acesso.

Além disso, foi importante dar maior evidência sobre qual público se pretende alcançar. A relação complementar ao Programa Bolsa Família expande os seus efeitos aos beneficiários do Bolsa Capixaba. Em especial, a teoria do programa baseia-se no cumprimento das condicionalidades para que, de fato, o ciclo intergeracional da pobreza possa ser quebrado. Caso essa condição não se mantenha, o custo associado ao acompanhamento das famílias atendidas pelo Bolsa Capixaba aumenta exponencialmente, fazendo com que os efeitos para além da renda transferida se percam com o passar do tempo. O monitoramento dessas ou de outras condicionalidades, pressupõem sistemas robustos e bem desenhados que deem conta do processamento de informações que façam a política funcionar da forma como foi desenhada.

Com essas reflexões, o problema que o Bolsa Capixaba busca resolver é a insuficiência de renda de famílias capixabas extremamente pobres, beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). É importante ressaltar que esta insuficiência de renda é causada por uma série de fatores, bem como gera diversas consequências. Por isso, evidências e discussões a respeito destas questões foram levantadas no relatório final da pesquisa[22], buscando fundamentar o problema proposto.

Em um contexto de austeridade fiscal e crise econômica, o limite orçamentário imposto acaba se tornando uma dura realidade para os programas sociais no Brasil. Em um cenário de forte restrição orçamentária e uma expectativa de queda de receita provocada pela pandemia do coronavírus. Como um passo além da formulação do problema, a definição de uma pergunta central ajuda a guiar e motivar a execução da política, incorporando questões contextuais que ajudem a pensar como a intervenção proposta consegue resolver ou mitigar o problema levantado. A pergunta foi a seguinte: em um contexto de aumento da extrema pobreza no Brasil e no Espírito Santo, como assegurar uma renda mínima às famílias capixabas beneficiárias do PBF, tendo em vista que a restrição orçamentária impossibilita o alcance de todas as famílias extremamente pobres?

3.2.3. Os Resultados

Esta seção busca traçar as primeiras linhas de ação do programa Bolsa Capixaba a partir do estudo do perfil das pessoas e famílias extremamente pobres do Espírito Santo. Em primeiro lugar, esse perfil ajuda a compreender e criar empatia com o público da política e aproximar-se dessas famílias.

---

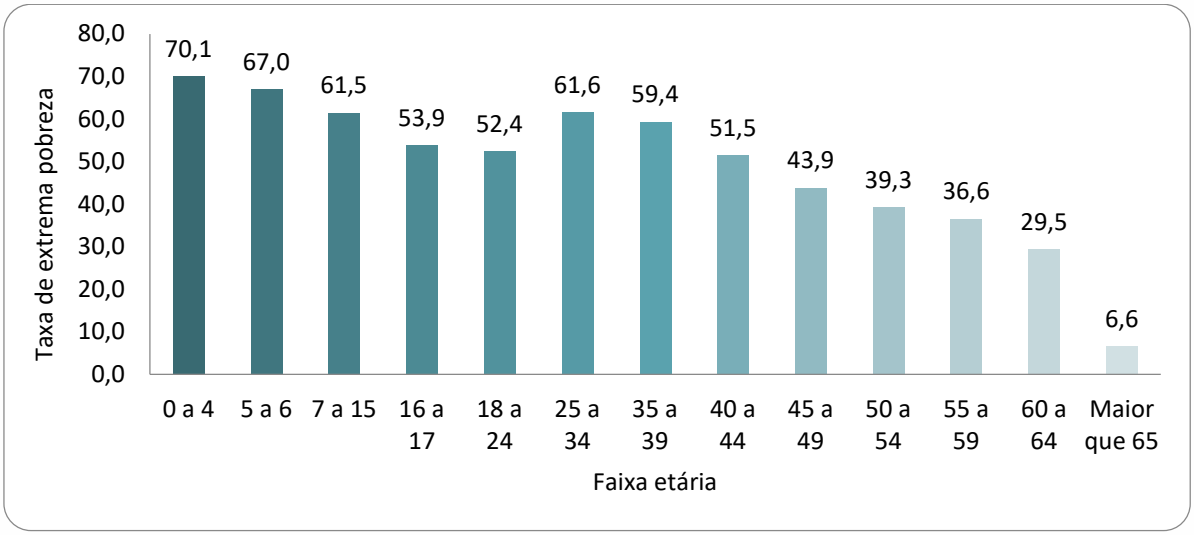
[21] Para mais informações sobre a adoção da linha de extrema pobreza consulte a publicação: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5437-perfil-da-pobreza-no-espirito-santo-familias-inscritas-no-cadunico-2019>. Acesso em: 04.03.2021.

[22] O relatório final da pesquisa de avaliação de Programa Bolsa Capixaba encontra-se estágio de consolidação, e será disponibilizado no site do IJSN e da SETADES ainda no primeiro semestre de 2021.

O primeiro passo é entender quem são as pessoas após aplicar o primeiro critério de elegibilidade da política, ou seja, ser uma pessoa extremamente pobre. No Espírito Santo, são mais de 720 mil pessoas vivendo com rendimento abaixo de R$ 147,00 por mês. Em linhas gerais, caso uma pessoa extremamente pobre seja selecionada aleatoriamente no Espírito Santo, haveria uma alta probabilidade de ser uma mulher entre 25 e 34 anos ou criança entre 7 e 14 anos, negra e moradora dos municípios da região metropolitana da Grande Vitória. Também há uma alta probabilidade de serem membros da mesma família, sendo as respectivas responsáveis familiares e suas filhas. Essas pessoas pertencem a pouco mais de 200 mil famílias de todo estado.

Outro ponto que chamou atenção foi a existência de um alto número de crianças na primeira infância em famílias extremamente pobres. Totalizando 112 mil crianças, elas responderam por 16% de todas as pessoas extremamente pobres no estado inscritas no Cadastro Único. Esse cenário é ainda mais grave quando analisada a taxa de pobreza em cada grupo etário.

Taxa de extrema pobreza por grupos etários - Espírito Santo

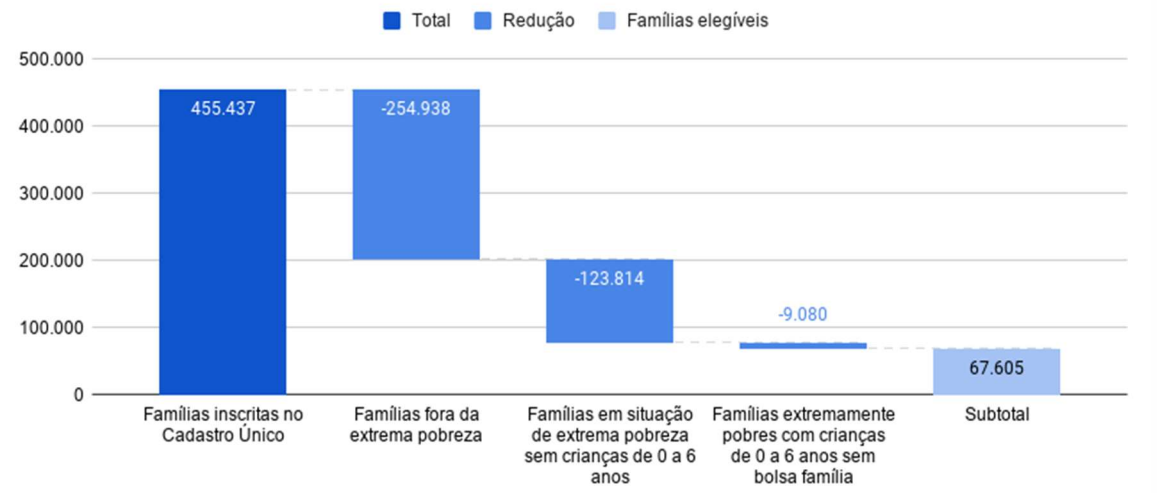


Fonte: Cadastro Único - Ministério da Cidadania. Elaboração: Avaliação do Programa Bolsa Capixaba.

As faixas etárias entre 0 e 6 anos são as que apresentam maior taxa de extrema pobreza. Isso significa que, a cada 10 crianças de 0 a 4 anos inscritas no Cadastro Único, 7 são consideradas extremamente pobres. Índice semelhante ocorre no caso da faixa etária de 5 a 6 anos. Existem diversas evidências de que a exposição dessas crianças a vulnerabilidades em um momento tão crucial do desenvolvimento pode prejudicar seu desenvolvimento com consequências difíceis de reparar ao longo da vida. O olhar cuidadoso para essa fase da vida motivou a escolha do segundo critério de prioridade, a presença de crianças entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade completos até o final do mês de competência do benefício. Logo, entre as famílias extremamente pobres, o grupo que possui ao menos uma criança nesta faixa etária equivale a 76.685 famílias.

Por fim, em consonância com a política de Assistência Social e em sinergia com as ações já promovidas em nível federal, a aplicação do terceiro critério de elegibilidade busca a complementaridade com as atividades associadas ao Programa Bolsa Família (PBF), potencializando os efeitos das condicionalidades sobre a vida desta família. Dessa forma, exclui-se pouco mais de 9 mil famílias que não recebem o PBF, resultando no público elegível de pouco mais de 67 mil famílias. O gráfico abaixo ilustra esse raciocínio. A barra azul representa o total de famílias inscritas no Cadastro Único e as barras vermelhas são os grupos que são subtraídos até alcançarmos o grupo elegível.

Definição do público elegível do Bolsa Capixaba
Com base nas famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal - Espírito Santo



Fonte: Cadastro Único - Ministério da Cidadania. Elaboração: Avaliação do Programa Bolsa Capixaba.

Além dos critérios de elegibilidade da política, o gestor deve-se atentar para quais critérios de priorização serão adotados caso não haja orçamento para atendimento de todas as famílias elegíveis. Nesse sentido, a pesquisa sugeriu definir três critérios de prioridade de modo que sejam aplicados em sequência. O primeiro critério de priorização é determinado pela quantidade de crianças de 0 a 6 anos na família, de modo que as famílias com maior número de crianças têm prioridade de atendimento. Esse critério está em consonância com as políticas para a primeira infância, no sentido de buscar abranger o maior número de crianças possível.

O segundo critério diz respeito à adoção do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003). Esse índice parte do conceito de pobreza multidimensional, incorporando no cálculo 6 dimensões[23] diferentes com o objetivo de captar a situação de desenvolvimento, ou a falta dele, para cada família. Trata-se de um índice que, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

[23] As dimensões são: i) ausência de vulnerabilidade; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recursos; v) desenvolvimento infantil; e vi) condições habitacionais.

varia entre 0 e 1, sendo 0 a situação mais vulnerável e 1 a situação de maior desenvolvimento. Portanto, esse índice é capaz de ordenar as famílias das mais vulneráveis às menos vulneráveis utilizando mais de 50 indicadores calculados a partir das informações do Cadastro Único.

Por fim, em caso de haver condições idênticas de vulnerabilidade da família, recomenda-se que priorize as famílias com crianças mais novas, de preferência aquelas que estão na primeiríssima infância (de zero a três anos). Para executar este último critério existem duas opções: adotar o critério da menor idade média, medida em dias entre as crianças na primeira infância, ou, priorizar a família que possui a criança mais nova com a idade medida em dias. Ambos os critérios são válidos para a seleção da criança mais nova e fica a cargo do gestor definir qual seria o melhor critério a ser adotado. A tabela abaixo resume os critérios de elegibilidade e de priorização da política do Bolsa Capixaba. Ao final de cada critério, o comentário entre os parênteses aponta as mudanças sugeridas pela equipe da pesquisa.

Quadro de critérios de elegibilidade e priorização para o Bolsa Capixaba

Critérios de elegibilidade
1. As famílias devem possuir renda mensal per capita inferior à linha de extrema pobreza de referência, mesmo após o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família (critério mantido, sujeito à alteração da linha de extrema pobreza); **2.** As famílias devem possuir ao menos um dependente na faixa etária entre 0 (zero) e **6 (seis) anos de idade incompletos** até o final do mês de competência do benefício (mantido, com a alteração da faixa etária); **3.** As famílias precisam ser beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal (mantido integralmente).
Critérios de priorização
1. Aquelas que apresentam o maior número de filhos na faixa etária entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade completos até o final do mês de competência do benefício (critério mantido integralmente); **2.** Aquelas que apresentam o menor Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) (critério adicionado pela equipe de pesquisadores); **3.** Aquelas que apresentam a menor idade média entre seus filhos na faixa etária entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade completos até o final do mês de competência do benefício (critério adicionado pela equipe de pesquisadores).

3.2.4. Recomendações para os Órgãos finalísticos

Os modelos de desenho são a forma com que a política busca solucionar o problema de insuficiência de renda das famílias. Existem duas opções de modelo de benefício que focam em objetivos diferentes. O primeiro é uma evolução do modelo já praticado pelo Bolsa Capixaba atualmente, com o objetivo de reduzir a zero o hiato da extrema pobreza, ou seja, garantir a renda mínima definida pela linha de extrema pobreza adotada pela política.

O segundo modelo tem como objetivo transferir os recursos de acordo com a quantidade de crianças na família. Dessa forma, o foco é garantir um valor mínimo e que o benefício transferido aumente de acordo com a quantidade de crianças na família.

Ambos os modelos possuem vantagens e desvantagens e que podem ser observadas a partir dos resultados das simulações realizadas e apresentadas a seguir.

Modelo 1 - de redução do hiato de extrema pobreza

O desenho de intervenção proposto pelo modelo 1 tem como principal objetivo auxiliar na consolidação do PBC enquanto um programa de alívio e superação da extrema pobreza. Para isto, a recomendação primordial torna-se a adoção da linha de extrema pobreza do Banco Mundial como linha de referência para o PBC. A operacionalização do modelo é brevemente apresentada em quatro itens:

- Como referência para a extrema pobreza, adota-se a linha do Banco Mundial R$ 147,00 per capita ao mês (valor após arredondamento).

- Para alcançar a linha de referência, transfere à família um valor variável de forma que cada membro que compõe esta família possa alcançar a linha de referência de R$ 147,00.

- Para o cálculo do valor variável, considera-se a renda per capita desta família após a transferência do Programa Bolsa Família.

- O valor transferido à cada família não poderá ser inferior à R$ 50,00, e superior a R$ 1.000,00.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 1 - modelo de superação do hiato de extrema pobreza			
Linha de extrema pobreza de referência: **R$ 147,00** Valor da transferência: **valor variável** necessário para alcançar a linha de **R$ 147,00**			
	CRITÉRIOS		
VARIÁVEIS	**A) Atendimento total dos elegíveis**	**B) Meta de 25 mil famílias atendidas**	**C) Restrição orçamentária FUNCOP**
Custo anual da política	R$ 105.803.436,00	R$ 58.650.120,00	R$ 23.997.300,00
Benefício per capita	R$ 44,26	R$ 47,77	R$ 49,94
Benefício familiar per capita	R$ 43,77	R$ 47,60	R$ 49,51
Famílias atendidas	52.798	25.000	8.773
Pessoas atendidas	199.198	102.319	40.045
Crianças de até 6 anos atendidas	71.593	43.795	20.447
Hiato da extrema pobreza	R$ 0,04	R$ 0,04	R$ 0,07
Famílias que superam a extrema pobreza	45.857	21.135	7.175
Pessoas que superam a extrema pobreza	173.517	87.322	33.631

Elaboração: Avaliação do Programa Bolsa Capixaba.

Este modelo é considerado o mais eficiente no sentido de reduzir o quantitativo de famílias em extrema pobreza, pois ele garante o mínimo de renda definido pela linha de extrema pobreza. É também o modelo que mais transfere recurso por membro da família, variando de R$ 43,00 a R$ 50,00. Ressalta-se que a atualização do valor da linha de extrema pobreza adotada como referência pela política deve ser efetuada periodicamente, a fim de compensar as perdas de poder de compra provocadas pelos efeitos da inflação, alinhada ao objetivo de superação da extrema pobreza, pelo conceito de insuficiência de renda.

Trata-se também de um modelo com um custo anual mais elevado, respondendo por aproximadamente 0,5% da receita estimada para o governo estadual.

É importante destacar que este modelo tem um potencial de impacto maior sobre as famílias. Este benefício gera maior estímulo à economia local e a capacidade de ampliação da qualidade de vida das pessoas que o recebem.

Modelo 2 - de pagamento por criança de 0 a 6 anos

Na eventual impossibilidade de se adotar a proposta 1, sugere-se a adoção de um modelo direcionado à primeira infância. Neste desenho, cada família beneficiária receberia uma transferência fixa de R$90,00 e um valor adicional de R$30,00 por filho na primeira infância, a partir do segundo filho. Desta forma, este modelo tem como objetivo transferir à família um valor que seja significativo para suprir as suas

necessidades, elevando o benefício daquelas famílias com crianças na faixa entre etária 0 (zero) a 6 (seis) anos.

Uma vez que possuir ao menos 1 filho na primeira infância seja critério de elegibilidade da política, o benefício adicional só será pago às famílias que possuam mais de 1 filho nesta faixa etária. Desta forma, tem-se que:

- Famílias com apenas 1 criança de até 6 anos receberão apenas o benefício fixo de R$ 90,00;
- Famílias com 2 filhos (ou mais) receberão o benefício adicional de R$30,00 por filho, a partir do seu segundo filho.
- O valor transferido à cada família não poderá ser superior a R$ 210,00.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO 2 - modelo por criança na primeira infância			
Linha de extrema pobreza de referência: **R$ 147,00** Valor da transferência: valor fixo de **R$ 90,00** por família + **R$ 30,00** por criança na primeira infância			
	CRITÉRIOS		
VARIÁVEIS	**A) Atendimento total dos elegíveis**	**B) Meta de 25 mil famílias atendidas**	**C) Restrição orçamentária FUNCOP**
Custo anual da política	R$ 63.788.040,00	R$ 33.766.200,00	R$ 23.999.760,00
Benefício per capita	R$ 26,69	R$ 27,50	R$ 27,91
Benefício familiar per capita	R$ 29,21	R$ 29,84	R$ 29,84
Famílias atendidas	52.798	25.000	15.957
Pessoas atendidas	199.198	102.319	71.647
Crianças de até 6 anos atendidas	71.593	43.795	34.752
Hiato da extrema pobreza	R$ 88,96	R$ 92,71	R$ 90,71
Famílias que superam a extrema pobreza	15.630	6.006	4.314
Pessoas que superam a extrema pobreza	51.181	22.027	17.261

Elaboração: Avaliação do Programa Bolsa Capixaba.

Este modelo apresenta uma alternativa que busca focalizar o recurso para as crianças de 0 a 6 anos, de modo que atenda o maior número de crianças possível. Ele é indicado no cenário com menor disponibilidade de recursos, de modo que possa ampliar o número de famílias atendidas com um menor recurso disponível.

A maior desvantagem é a menor capacidade de retirar as famílias da extrema pobreza, uma vez que a regra de cálculo do benefício não leva em consideração esse quesito. O hiato de extrema pobreza e a quantidade de famílias que saem dessa

condição é quase 3 vezes menor que o projetado pelo modelo 1. Destaca também que o recurso por membro é menor, variando de R$ 26,00 a R$ 30,00.

A escolha sobre qual será o desenho final do Bolsa Capixaba vai além da discussão técnica. Esse esforço de pesquisa apontou elementos importantes para o bom funcionamento e acompanhamento dos resultados auferidos pela transferência de renda. Nesse sentido, a pesquisa serve como um guia e não como uma imposição.

É notório que o contexto em que vivemos inspira cuidados, especialmente com as famílias mais pobres, sendo o segmento mais vulnerável aos efeitos da pandemia.

As atividades de monitoramento e acompanhamento constante são imprescindíveis para que os impactos esperados sejam alcançados e de fato, melhorem a qualidade de vida dessas famílias. Ressalta-se que a redução da pobreza é um problema complexo e que apenas a política de transferência de renda não dá conta de todas as suas dimensões, sejam elas relacionadas às causas ou às consequências desse fenômeno. É necessária uma ação intersetorial que ampare os diversos aspectos da família para além da renda, fatores que são muitas vezes negligenciados.

Para finalizar, o resultado apresentado neste documento é fruto do relatório final da pesquisa, cujo produto envolve diversas entregas intermediárias e detalhadas sobre os elementos do modelo lógico pensado para o Bolsa Capixaba. O relatório final encontra-se em revisão final e será publicado no sítio eletrônico do IJSN.

3.3. Nossa Bolsa

Projeto coordenado por Kiara de Deus Demura

3.3.1. A política

O Programa Nossa Bolsa, gerenciado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foi criado em 2006 com a finalidade de conceder bolsas de graduação em faculdades particulares a estudantes que não possuem condições financeiras de custear o valor das mensalidades. Atualmente, o programa foi ampliado e, além de ofertar bolsas de graduação presenciais e à distância, disponibiliza bolsas de Pesquisa de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão pelo período de 12 (doze) meses e bolsas de Mestrado por até 24 (vinte e quatro) meses.

O público-alvo do programa abarca estudantes egressos de escolas públicas capixabas, ou aqueles que tenham cursado o Ensino Médio em escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Desde 2006, os candidatos inscritos são selecionados por meio de editais lançados anualmente, cuja aprovação depende da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do atendimento aos critérios de elegibilidade do programa, tais como possuir renda mensal per capita de um salário mínimo – para candidatos às bolsas integrais (100%) – ou de até três salários mínimos per capita – no

caso dos candidatos às bolsas parciais (50%). As Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Nossa Bolsa estão distribuídas por todo o território do Espírito Santo.

3.3.2. Metodologia de avaliação

O objetivo da pesquisa, elaborada em parceria entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a FAPES, é avaliar o impacto do programa Nossa Bolsa na qualidade de vida dos beneficiários e, assim, auxiliar os gestores na tomada de decisão com informações qualificadas provenientes da pesquisa. A pesquisa contou com duas etapas e, atualmente, está na terceira.

A primeira etapa denominada de "Perfil e situação atual dos concluintes 2006-2009", tem como um de seus procedimentos metodológicos a aplicação de questionários para levantamento de informações necessárias e não constantes nos bancos de dados da FAPES. Dentre os resultados encontrados, estão a renda média per capita entre os concluintes do programa, era de R$ 1.800,00, acima da média do estado (R$ 1.205,00, ano de 2017) – uma evidência de possível contribuição do programa para a renda média per capita dos beneficiários. Outra possível contribuição do programa se dá em relação ao desenvolvimento local e regional, em que 68% dos entrevistados permaneceram na mesma localidade após a conclusão da graduação. Aproximadamente 80% informaram ter conseguido emprego na área de formação. Na época da aplicação do questionário, 89,6% exerciam atividade remunerada. Quando perguntados sobre a importância da graduação pelo programa em relação ao desenvolvimento pessoal e relacionamento interpessoal, cerca de 72,2% dos entrevistados consideram como "muito importante".

A segunda etapa tem como finalidade a atualização cadastral dos inscritos no programa entre 2010 e 2015, e a avaliação do impacto do programa sobre os indicadores do mercado de trabalho. Para isso, aplicou-se questionário para os inscritos no período analisado, sendo que foram obtidos um pouco mais de 5.000 respondentes. O impacto foi estimado por meio do método de pareamento por escore de propensão. Após o pareamento, a amostra reduziu para 872 pares entre tratados e controle, o que impossibilitou confirmar estatisticamente que passar pelo programa proporcionaria uma renda superior quando comparados aos indivíduos que não foram selecionados.

Na terceira etapa da avaliação, a metodologia desenhada prevê o cruzamento entre as bases de dados da FAPES e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS identificada, recentemente conseguida pelo IJSN.

Na base fornecida pela FAPES estão presentes informações cadastrais sobre os inscritos no programa até o ano de 2017, tais como: nome, CPF, data de nascimento, ano do edital para o qual se inscreveu, curso para o qual se candidatou, nota objetiva no Enem, e status do inscrito em 2017 ("Aprovado", "Bolsista", "Cancelado", "Concluído", "Inapto", "Inscrito", "Matrícula Trancada" e "Reprovado"). A amostra utilizada na avaliação se restringiu aos candidatos inscritos até o edital de 2015, a fim de que fosse possível ter concluintes com algum tempo de exposição ao mercado de trabalho. Para o grupo dos tratados, considerou-se os inscritos que tinham status de

"concluído" no banco de dados da FAPES, ou seja, que já tinham concluído o programa em 2017. Para o grupo dos não tratados, considerou-se os candidatos que não foram selecionados para o programa, ou seja, os que tinham status de "inscritos" ou "reprovados" no banco de dados da FAPES.

A base RAIS identificada permitiu buscar informações adicionais sobre os candidatos, ou seja, que não estavam presentes no banco de dados da FAPES, bem como indicadores de sua situação no mercado de trabalho nos anos de 2017 e 2018. As características dos indivíduos encontradas na RAIS e que não estavam presentes no banco de dados da FAPES foram: raça, nacionalidade, sexo, se pessoa com deficiência e escolaridade. Os indicadores de situação no mercado de trabalho utilizados foram: rendimento médio, número de horas contratadas semanais, e tempo de contratação nos vínculos.

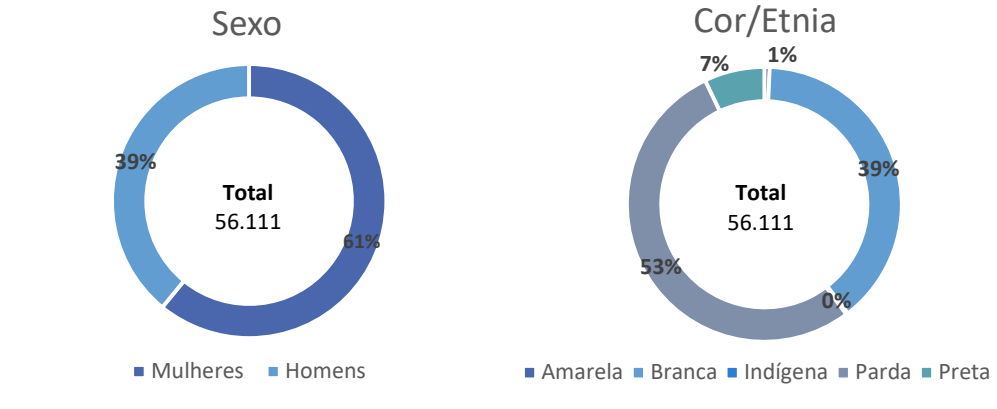
Seguindo o procedimento da segunda etapa, o grupo de controle foi selecionado dentre os não tratados da amostra por meio do método de pareamento por "Escore de Propensão". Esse método permite selecionar indivíduos do grupo dos não tratados que sejam semelhantes aos do grupo dos tratados, tendo como critério uma estimativa da probabilidade de o indivíduo ser tratado, dado um vetor de características pré-determinadas, ou seja, que não são afetadas pelo tratamento (IJSN, 2018). Definidos os grupos de tratamento e controle, o impacto do programa sobre as variáveis de interesse foi estimado por meio de um procedimento de análise de regressão, o qual relaciona as variáveis dependentes à uma variável indicadora de participação no programa e um vetor de covariadas formado por características observadas dos indivíduos, quais sejam: gênero, idade, nota objetiva do ENEM, área, turno e número de períodos do curso para o qual o indivíduo se candidatou e ano do edital da inscrição.

3.3.3. Os Resultados

Após o levantamento dos dados da FAPES sobre os inscritos no Programa Nossa Bolsa para o período 2010-2015, foi realizada uma limpeza nos CPFs, por meio de procedimentos de verificação e correção com base nos dados administrativos da FAPES e da RAIS identificada.

Os gráficos a seguir nos mostram algumas informações a respeito dos inscritos no programa e, ao mesmo tempo, encontrados na RAIS – que totalizam 56.111 pessoas. Por meio da Figura 2 podemos observar os percentuais dos encontrados por sexo e cor/etnia, sendo que predominam mulheres e pessoas pardas.

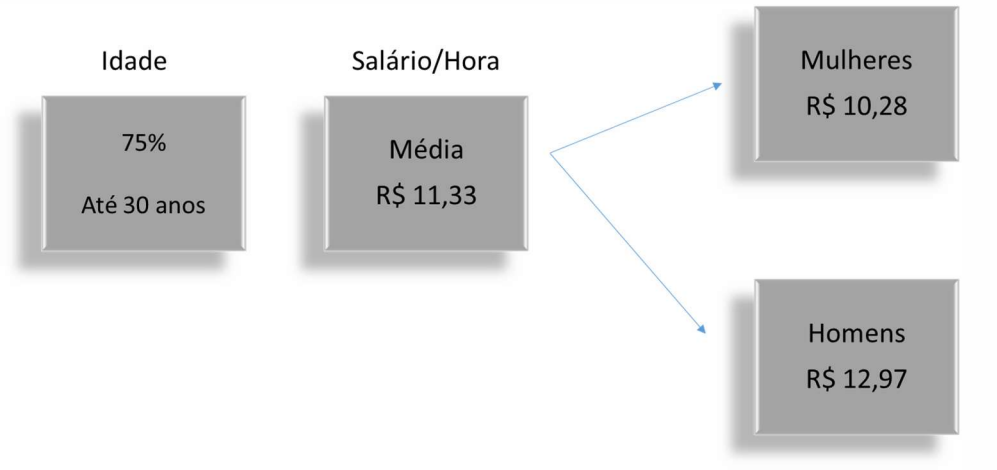
Figura 2 - Perfil dos participantes: sexo e etnia



Fonte: Dados administrativos (FAPES); Mercado de trabalho (RAIS).
Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Ainda em relação ao número de inscritos encontrados na RAIS, a Figura 3 apresenta as informações sobre a idade, em que 75% das pessoas têm até 30 anos. A variável Salário/Hora é sobre o quanto cada indivíduo recebe, em reais e por hora trabalhada. A média observada é de R$ 11,33, onde homens (R$ 12,97) recebem acima da média e mulheres (R$ 10,28) abaixo, traduzindo a desigualdade existente no mercado de trabalho.

Figura 3 - Perfil dos participantes: idade e salário/hora

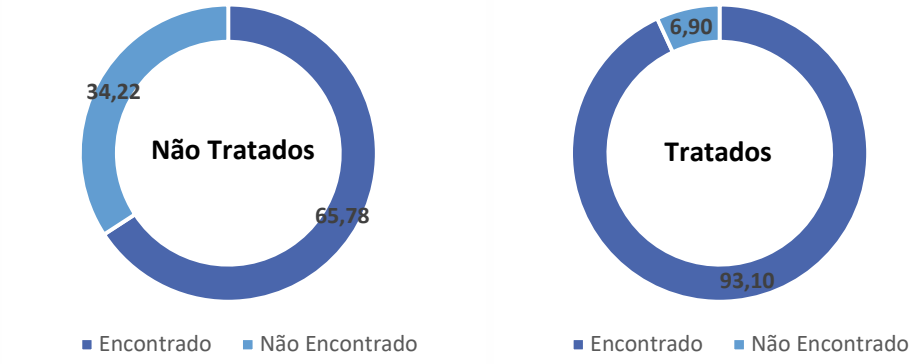


Fonte: Dados administrativos (FAPES); Mercado de trabalho (RAIS).
Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Após a seleção do Grupo de Tratamento, que engloba os participantes que concluíram sua passagem pelo programa, é possível verificar a diferença entre esse grupo e o de Não Tratados, na Figura 4, sobre o número de indivíduos que foram

encontrados na RAIS. O número de tratados encontrados (93,1%) é maior comparado ao de não tratados (65,8%), o que pode indicar que os concluintes do programa têm uma maior chance de entrar no mercado de trabalho formal.

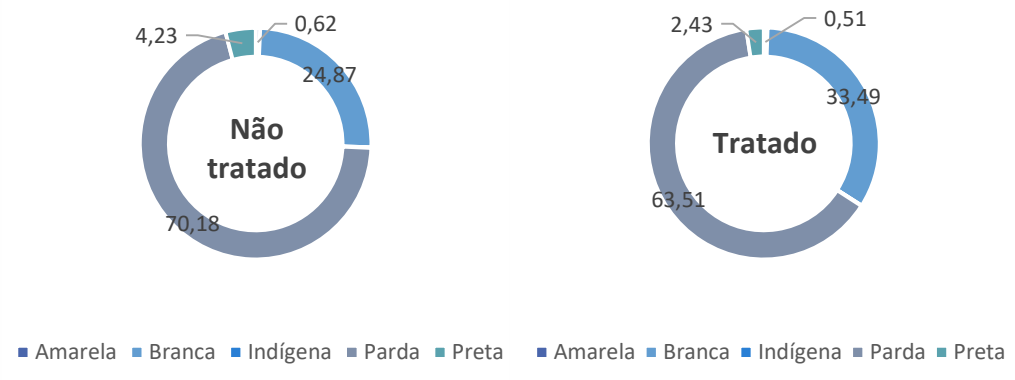
Figura 4 – Comparação entre tratados e não tratados: vínculo formal (%)



Fonte: Dados administrativos (FAPES); Mercado de trabalho (RAIS).
Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Sobre a divisão por sexo nos grupos tratados e não tratados, a proporção se mantém desde antes da seleção. Antes era de 61% sendo mulheres, após a seleção é de 62% para ambos os grupos. Por outro lado, verifica-se diferença no que se refere à cor/etnia (Figura 5), em que a porcentagem de pessoas que se identificam como cor/etnia "branca" é de 24,87% no grupo não tratado, no grupo de tratamento é de 33,49%. Em relação às pessoas da cor/etnia "parda" no grupo de não tratados o percentual é de 70,18%, enquanto no grupo de tratados é de 63,51%.

Figura 5 – Comparação entre tratados e não tratados: cor/etnia (%)



Fonte: Dados administrativos (FAPES); Mercado de trabalho (RAIS).
Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

A Tabela 1 apresenta informações sobre a remuneração por hora trabalhada, o tempo em meses em que a pessoa se encontra empregada e o percentual das pessoas com ensino superior completo. A média do salário/hora, como mostrada anteriormente é de R$ 11,33. Porém, a média para o grupo que recebeu o tratamento, é de R$ 15,89, enquanto a remuneração para o grupo de não tratados fica um pouco abaixo da média geral, sendo de R$ 11,07.

Tabela 1 – Comparação entre tratados e não tratados

Amostra	Salário/Hora (R$)	Tempo Emprego (meses)	Superior Completo (%)
Tratados	15,89	34,02	69,69
Não tratados	11,07	29,62	21,26
Média	**11,33**	**29,9**	**-**

Fonte: Dados administrativos (FAPES); Mercado de trabalho (RAIS).
Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

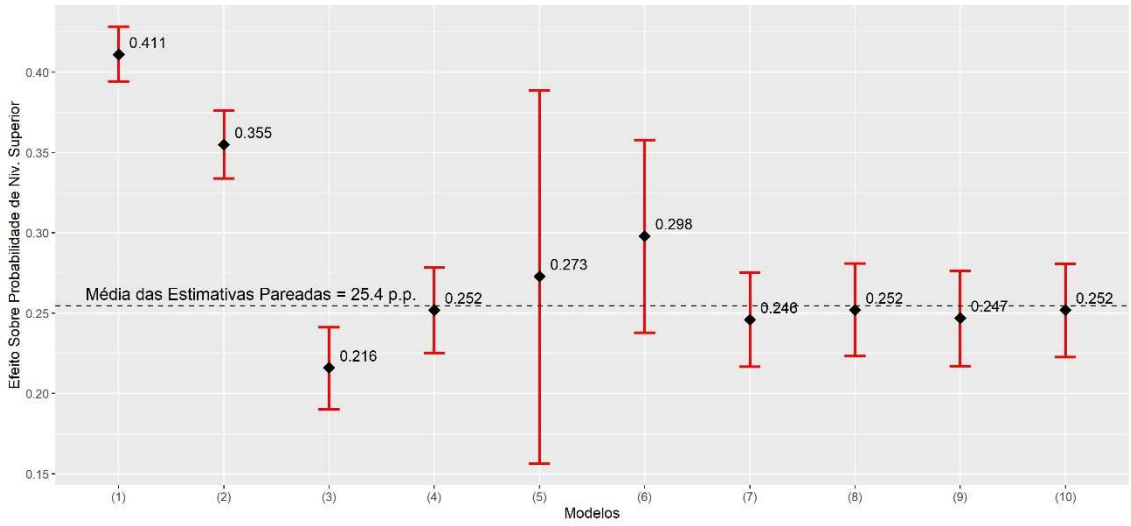
Ainda sobre a Tabela 1, observa-se uma leve diferença entre o tempo de emprego. A média geral é de 29,9 meses, sendo que a média entre os tratados é de 34,02 e entre os não tratados é 29,62. A maior diferença está no nível de ensino, em que 69,69% dos tratados têm o ensino superior completo, enquanto no grupo de inscritos no programa que não receberam o tratamento, apenas 21,26% concluíram o ensino superior.

Contudo, é necessário observar os impactos do programa Nossa Bolsa, considerando os resultados do pareamento em relação à escolaridade, vínculo de trabalho formal, salário e tempo no emprego. Em cada Figura, as estimativas correspondem a diferentes especificações de amostra e modelos. As duas primeiras barras verticais correspondem às amostras sem pareamento e especificações (sem covariadas e com covariadas). As demais barras verticais correspondem a amostras pareadas usando diferentes critérios (vizinho mais próximo sem reposição e com reposição, e duas especificações de raio máximo), bem como modelos sem e com covariadas. As diferentes estimativas são bastante próximas, o que indica robustez dos resultados.

A Figura 6, mostra as estimativas para o impacto do programa sobre a escolaridade dos participantes, isto é, sobre a probabilidade de que o indivíduo tenha

completado o nível superior[24]. A média das estimativas obtidas pelas amostras pareadas mostra um impacto de aproximadamente 25 p.p. nesse indicador.

Figura 6 – Impacto do Nossa Bolsa sobre escolaridade

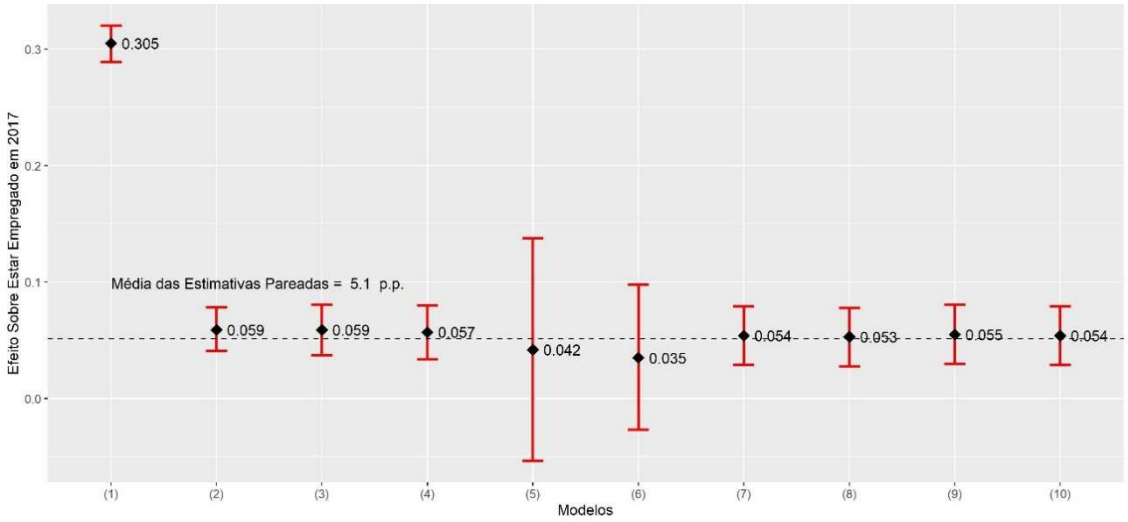


Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

As Figuras 7 e 8 mostram as estimativas para o impacto do programa sobre a probabilidade de o indivíduo ter vínculo de emprego formal nos anos de 2017 e 2018, respectivamente. No ano de 2017, a média das estimativas obtidas pelas amostras pareadas foi um impacto de 5 p. p., enquanto que em 2018 foi de p.p. Em quase todas as especificações os resultados foram estatisticamente significativos, ou seja, diferentes de zero.

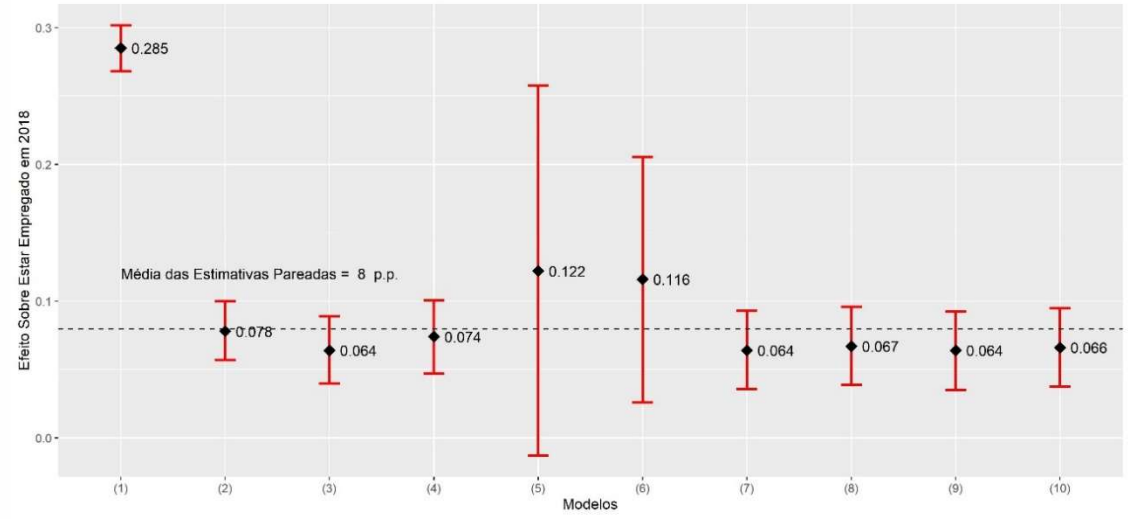
[24] As barras verticais ao redor das estimativas indicam a margem de erro.

Figura 7 – Impacto do Nossa Bolsa sobre emprego formal em 2017



Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Figura 8 – Impacto do Nossa Bolsa sobre emprego formal em 2018

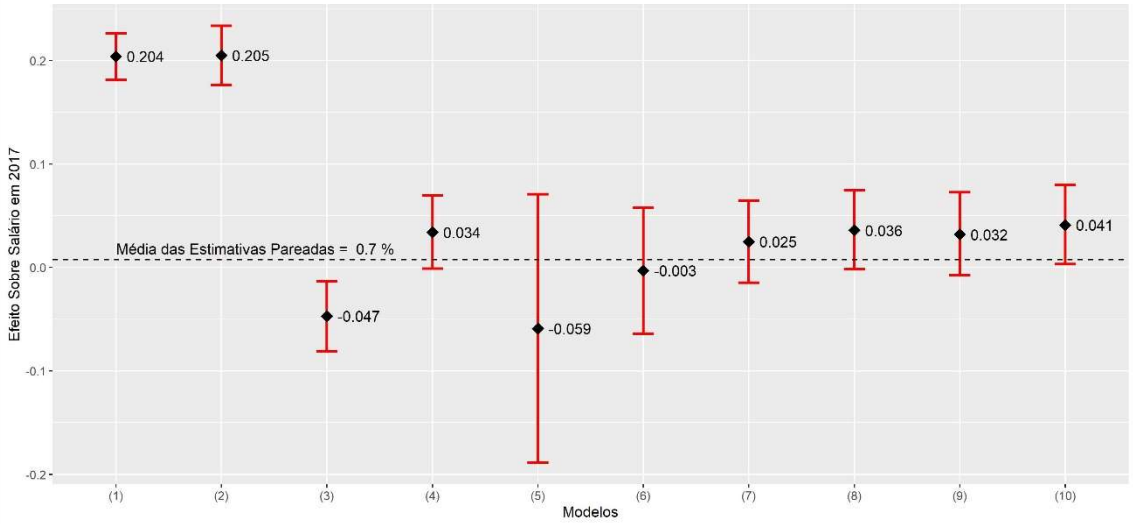


Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Nas Figuras 9 e 10 exibimos as estimativas para o impacto do programa sobre o rendimento médio por hora de trabalho contratada. Em 2017 (Figura 9), as amostras pareadas produzem uma estimativa média de impacto de 0,7%, sendo a maioria não significativa. Já em 2018 (Figura 10), o impacto médio estimado foi de 4,4%, com a maioria das estimativas sendo estatisticamente significativas. Esses resultados sugerem que o efeito do programa pode crescer ao longo do tempo após sua conclusão. Esse efeito diferencial poderia ser melhor confirmado caso houvessem informações sobre o

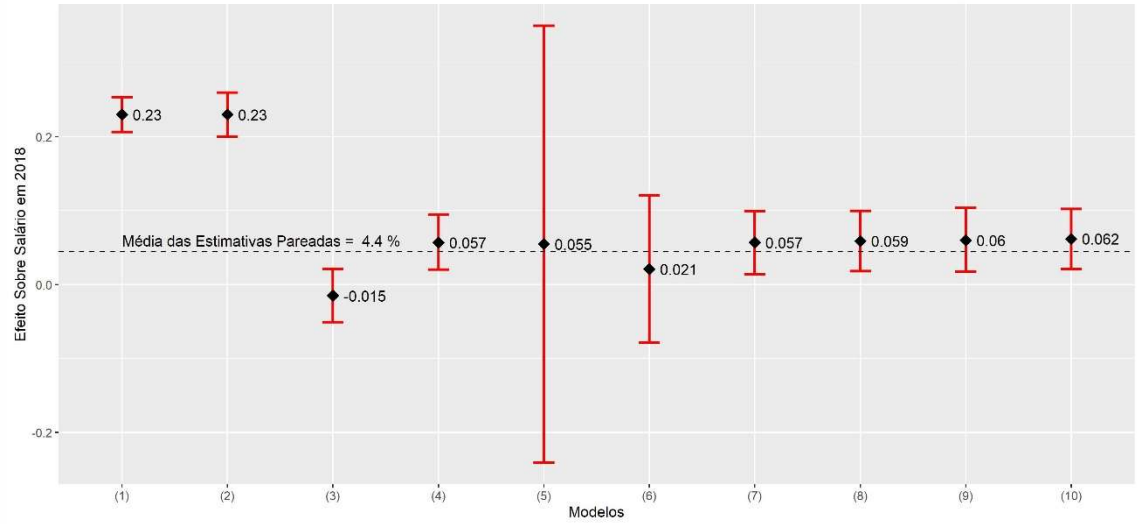
ano de conclusão de cada participante do programa. Entretanto, essa informação não está disponível no sistema da FAPES.

Figura 9 – Impacto do Nossa Bolsa sobre salário em 2017



Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Figura 10 – Impacto do Nossa Bolsa sobre salário em 2018

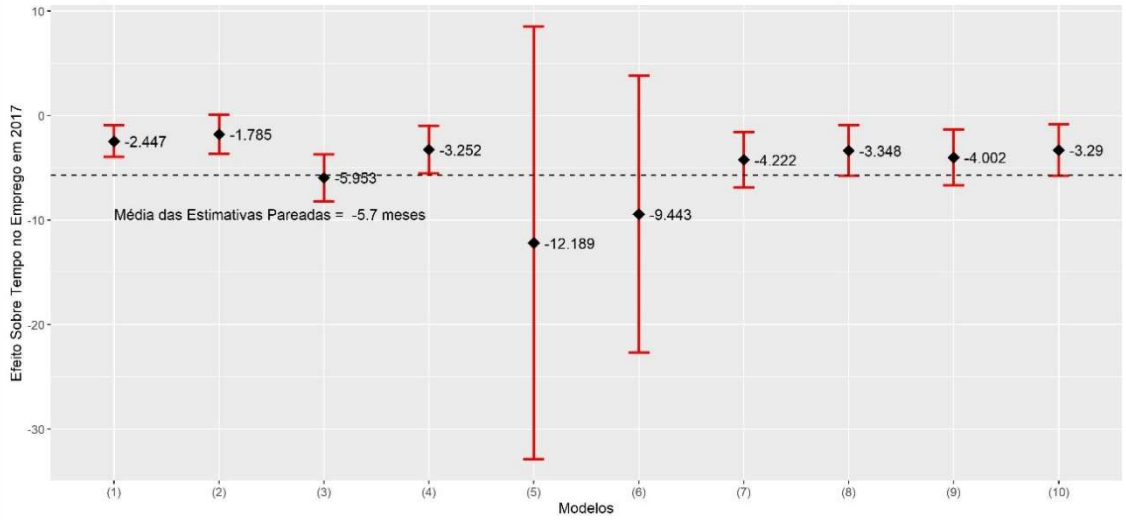


Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Por fim, as Figuras 11 e 12 apresentam as estimativas para o impacto do programa sobre o tempo no emprego nos anos de 2017 e 2018, respectivamente. Em 2017, a média das estimativas obtidas pelas amostras pareadas mostra uma redução de aproximadamente 5,7 meses no tempo do vínculo mais longo dos indivíduos tratados em relação ao grupo de controle. Em 2018, o impacto estimado foi de magnitude um pouco menor, correspondendo a uma diminuição de 3,8 meses no tempo do vínculo

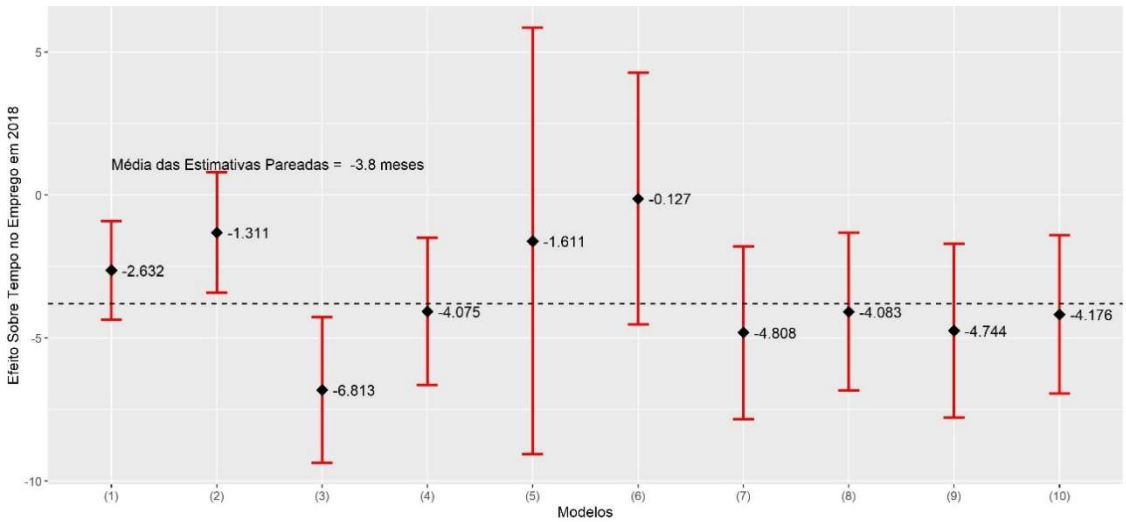
mais longo. Esse resultado pode indicar que os indivíduos que completaram o programa tiveram mais possibilidades de mudança de emprego do que os não tratados, sendo que essa mudança deve ter ocorrido em momentos mais próximos à conclusão do programa. Novamente, esse resultado poderia ser mais preciso se estivessem disponíveis informações sobre o ano de conclusão.

Figura 11 – Impacto do Nossa Bolsa sobre o tempo no emprego em 2017



Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Figura 12 – Impacto do Nossa Bolsa no tempo no emprego em 2018



Elaboração: Avaliação de Impacto do Programa Nossa Bolsa.

Em resumo, as estimativas obtidas nesta terceira etapa da avaliação pelo cruzamento dos dados administrativos da FAPES com as informações disponíveis na RAIS identificada, mostram que o programa Nossa Bolsa tem efeitos positivos sobre a

escolaridade, tornando mais provável que o indivíduo consiga obter nível superior, e sobre empregabilidade. As estimativas sugerem que os ganhos no mercado de trabalho, na forma de rendimento, emprego formal e mudança de emprego, são crescentes com o passar dos anos, após a conclusão do programa. A pesquisa está prevista para encerramento em abril de 2021.

É recomendado que seja aplicado um questionário semestral/anual e um ao final da passagem do beneficiário pelo programa. O objetivo do questionário semestral/anual é tornar possível o acompanhamento, pela FAPES, dos bolsistas ao longo da sua jornada acadêmica, o que permite avaliar questões relacionadas ao curso, bem como outros elementos que envolvem à permanência e conclusão da graduação. Concernente ao questionário final, o objetivo é fazer uma última atualização das informações dos participantes, como dados pessoais e sua situação no mercado de trabalho. Assim, viabiliza-se a construção uma base de dados e futuras avaliações sobre o Nossa Bolsa.

3.4. Programa Reflorestar

Projeto coordenado por Pablo Medeiros Jabor

3.4.1. A política

O programa Reflorestar é uma iniciativa governamental, fruto do alinhamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e da Secretaria Estadual de Agricultura, Aquicultura e Pesca (SEAG). Seu principal objetivo é manter, recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, através da adoção de práticas de uso amigável dos solos[25]. De tal modo, criam-se estímulos para os proprietários de terra e agricultores adotarem sistemas produtivos e alternativas econômicas ambientalmente corretas e socialmente justas[26].

Os projetos e contratos são elaborados conjuntamente pelo produtor rural e por um técnico habilitado através da confecção de um mapa de uso atual e futuro da terra, visando a adequação da propriedade às exigências do Código Florestal. Apenas no ano de 2017 foram investidos no programa mais R$ 10 milhões; a meta era a recuperação de 80 mil hectares até o final do ano de 2018. Destes, 60 mil por meio do monitoramento e da fiscalização da vegetação nativa em processo natural de regeneração e os outros 20 mil hectares a partir de práticas de restauração florestal[27].

3.4.2. Metodologia de avaliação

A Avaliação do Programa Reflorestar tem como propósito contribuir para aumentar a eficiência do gasto, informar aos cidadãos e gestores sobre como a política

[25] IEMA, 2019.
[26] Ibidem.
[27] SEAMA, 2018.

foi implementada e se obteve resultados e melhorar o desempenho das ações de decisão e de aprendizagem por parte dos órgãos.

Este projeto tem por objetivo realizar a avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos ocorridos em decorrência da implantação do Programa. Em particular, a pesquisa busca avaliar os impactos da política de pagamentos de serviços ambientais (PSA) no comportamento do produtor rural, no que se refere à adoção de práticas amigáveis do uso do solo, na manutenção das áreas de regeneração natural, e na variação da cobertura florestal, avaliar a qualidade e disponibilidade hídrica nas áreas atendidas pelo programa e avaliar os motivos de desistência de proprietários em participar do programa.

As metodologias utilizadas serão a avaliação de impacto não experimental e a avaliação qualitativa. Para a avaliação de impacto socioeconômico, foram aplicados questionários em todas as propriedades atendidas pelo programa até 2017 e em um conjunto de amostras de controle (propriedades não atendidas pelo Reflorestar).

Para a avaliação de impacto na cobertura florestal, será realizado o mapeamento de uso e ocupação do solo a partir das imagens de satélite adquiridas em 2020 (com resolução de 50cm), combinado com a análise da evolução nos polígonos de propriedade rural atendidas e nas propriedades do grupo de controle. Na avaliação qualitativa, serão aplicados questionários nas propriedades desistentes. Por fim, a análise de qualidade e disponibilidade hídrica foi realizada a partir de histórico das redes da AGERH (Agência Estadual de Recursos Hídricos), ANA (Agência Nacional de Águas), CESAN (Companhia Espírito Santense de Saneamento) e SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) / Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), complementada com duas campanhas (período seco e chuvoso) em pontos de regiões não atendidas pelas redes.

3.4.3. Os Resultados

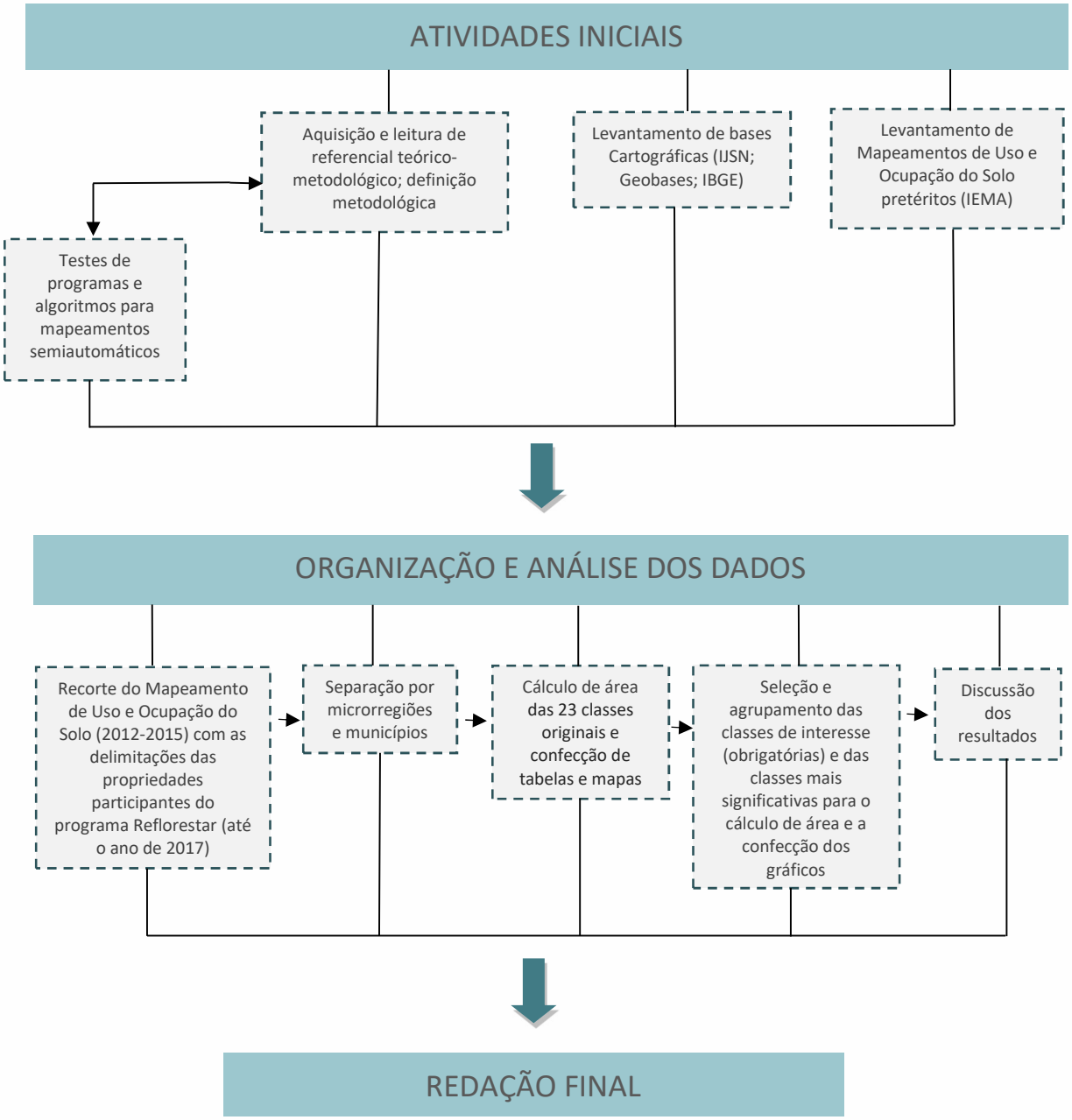
No ano de 2020 foram realizadas análise dos dados gerados, bem como a geração dos produtos parciais e elaboração do relatório parcial. As avaliações podem ser agrupadas em 3 segmentos:

a) Avaliação da Cobertura Florestal

A quantificação da área de Cobertura Florestal nas propriedades contempladas pelo Programa Reflorestar é estratégica para a tomada de decisões, além de ser um importante instrumento de controle das condições ambientais das regiões onde elas estão inseridas.

A linha de base utilizada foi o Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra 2012-2015 (IEMA), realizado com base em ortofotos digitais de alta resolução adquiridas por aerolevantamentos e a metodologia foi seguida de acordo com o diagrama apresentado na Figura 13 abaixo:

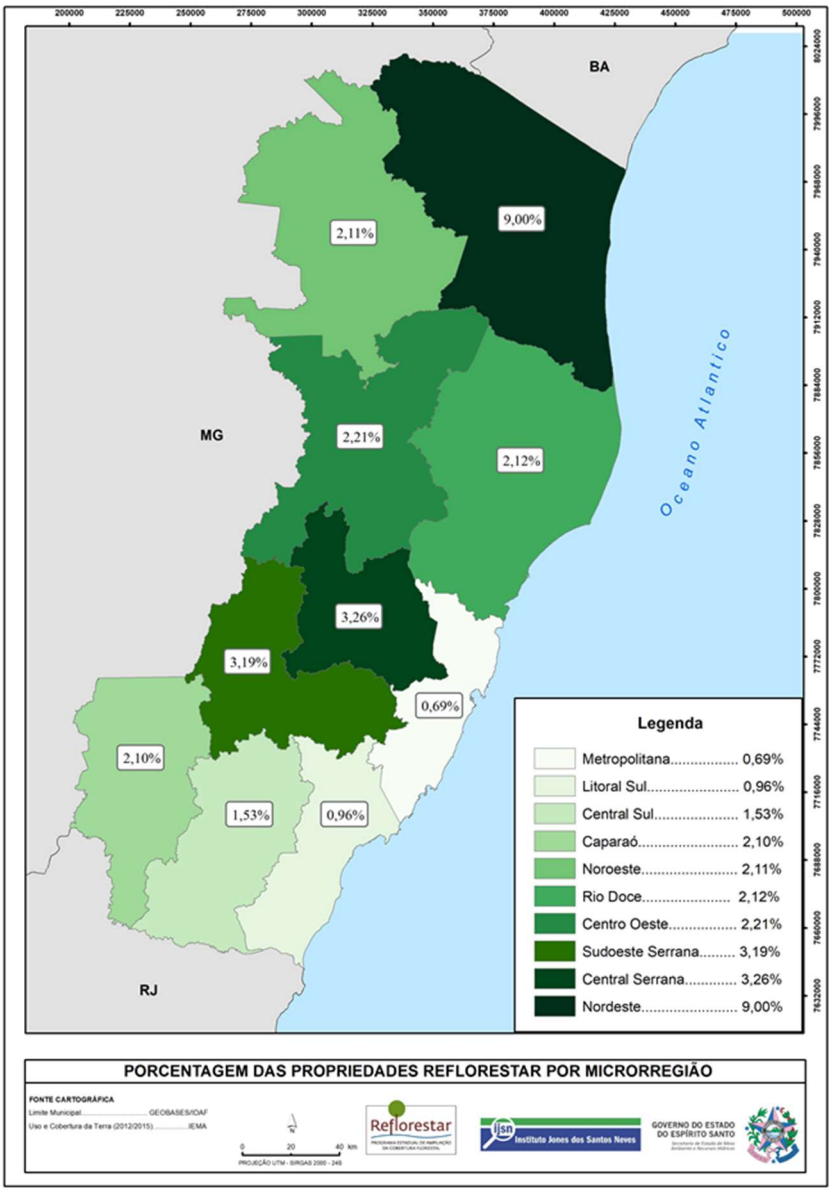
Figura 13: Metodologia de quantificação da área de cobertura florestal



Fonte/Elaboração: Avaliação do Programa Reflorestar.

A partir do cálculo das áreas totais de cada microrregião e áreas das propriedades participantes do programa contidas em cada uma delas, foi elaborado um mapa mostrando a porcentagem de área coberta pelo programa Reflorestar, relativamente, para cada uma das 10 microrregiões, de modo que a microrregião com maior área de abrangência relativa é a Nordeste, por outro lado, a microrregião Metropolitana possui a menor área de abrangência relativa (Figura 14).

Figura 14: mapa com a porcentagem de área coberta pelo programa Reflorestar em cada microrregião do Espírito Santo.



Fonte/Elaboração: Avaliação do Programa Reflorestar.

Ao longo de 2020 foram recebidas as imagens provenientes da Constelação de satélites Kompsat *(Korean Multi-Purpose Satellite)*, com resolução espacial de 50 cm, acurado para a escala de 1/15.000 (Figura 15).

Em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), as imagens recebidas passaram por um processo de avaliação de qualidade radiométrica. Esta avaliação é ligada ao desempenho do sensor e realizada através do cálculo de alguns parâmetros, como o grau de Ruído; a calibração relativa, com a determinação de parâmetros de ganho e offset para corrigir as diferenças nas respostas dos sensores; calibração absoluta coeficientes que permitem a conversão dos valores

para dados físicos, como radiância e reflectância e ruídos, como saturação ou perda de colunas e linhas na imagem.

Ao final do processo, constatou-se que para 98,5% do território mapeado possuem perfeita acuidade visual, sem problemas radiométricos ou excesso de nuvens. Assim, as imagens Kompsat permitirão a realização do novo mapeamento de uso e ocupação do solo nas propriedades atendidas pelo programa e nas propriedades do controle.

Para a próxima fase espera-se a conclusão da Análise da Cobertura Florestal, a partir da análise comparativa entre os dois mapeamentos de uso do solo. A partir deste último resultado, o relatório final da Avaliação do Programa Reflorestar poderá ser concluído.

Figura 15: Mosaico a partir de imagens Kompsat referentes aos anos de 2019 e 2020.



Fonte/Elaboração: Avaliação do Programa Reflorestar.

b) Avaliação Hídrica

A avaliação sistematizada da disponibilidade e qualidade da água de um determinado local depende de uma série de fatores como, por exemplo, o conhecimento dos parâmetros climáticos e meteorológicos, em especial da pluviosidade. No que diz respeito à análise quantitativa de corpos hídricos, considera-se

o comportamento hidrológico resultante da precipitação e interferências dos usos da água, tais como: obras hidráulicas, uso e cobertura do solo, entre outros.

Este projeto não espera estabelecer relação entre a qualidade / disponibilidade hídrica e o Programa Reflorestar, pois o programa é muito recente para que possa influenciar em tais aspectos dos recursos hídricos.

Assim, o que se pretendeu com esta pesquisa foi estabelecer uma linha de base, com os parâmetros analisados divididos em físicos e químicos, provenientes de estações de monitoramento fixas e complementadas com dados coletados *in situ* a partir de duas campanhas distintas (período seco e período chuvoso).

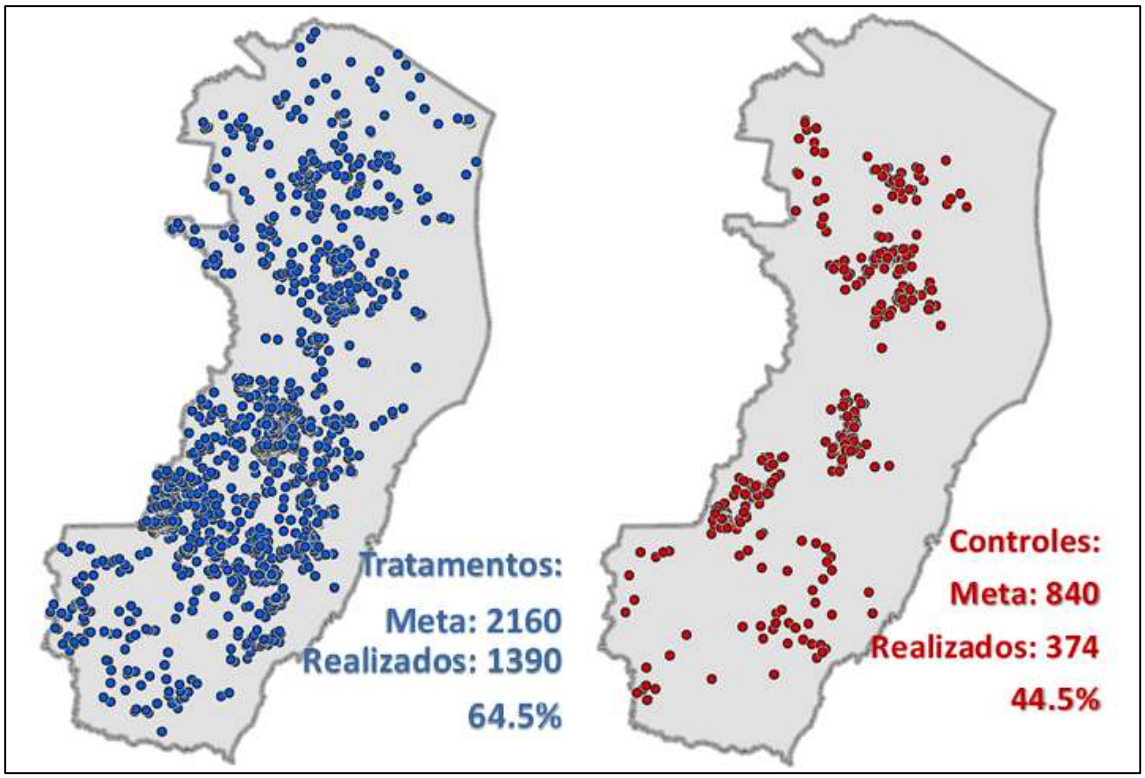
A análise de qualidade de água demonstrou níveis acima dos aceitáveis de diversos parâmetros (coliformes termotolerantes, DBO, Nitrogênio Total e Fósforo Total) em diversos pontos principalmente na região Norte e Nordeste do estado. Níveis fora dos aceitáveis também foram observados em resultados obtidos in situ como oxigênio dissolvido e turbidez. Em relação às análises de vazão dos dados *in situ*, diversos cursos d'água apresentaram-se represados, impossibilitando suas medições, porém, nos pontos onde as medições foram tomadas, observaram-se variações significativas entre as duas campanhas.

c) Avaliação Socioeconômica

A avaliação socioeconômica do programa foi feita em duas partes. Na primeira parte, foi elaborado um questionário aplicado a proprietários rurais participantes do programa e um grupo de controle, contendo perguntas sobre o programa Reflorestar e atividades realizadas nas propriedades. Na segunda parte foi feita a uma análise dos impactos do programa sobre indicadores econômicos e de produção agrícola dos municípios a fim de dimensionar efeitos de "equilíbrio geral" sobre as economias locais que possam ter extrapolado os pagamentos realizados aos proprietários.

As entrevistas foram feitas entre os meses de agosto a dezembro de 2018 por um grupo de 20 pesquisadores. Da meta inicial de 2160 entrevistas com participantes, foram realizados 1390, ou seja 64,5% de cobertura do programa. Com relação ao grupo de controle, foram selecionadas 840 propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que fossem semelhantes a uma amostra de 840 participantes selecionados de acordo com a distribuição dos participantes nas bacias hidrográficas do estado. A Figura 16 a seguir mostra a distribuição dos entrevistados nos dois grupos: participantes ou tratamento (azul) e não participantes ou controle (vermelho).

Figura 16: distribuição dos entrevistados nos grupos de controle e tratamento.



Fonte/Elaboração: Avaliação do Programa Reflorestar.

O questionário aplicado buscou informações sobre características do domicilio (família e geral), características da propriedade (própria, arrendada, etc.) e suas parcelas mais importantes, outras fontes de recursos (rendimentos) fora das atividades agropecuárias na propriedade, fontes de água (potável e para atividades agrícolas) usada na propriedade, percepção quanto a efeitos externos sobre a propriedade, conhecimento da Lei Florestal e satisfação com o programa Reflorestar (conhecimento do programa para não participantes). Os resultados mostram que ambos os grupos de entrevistados têm perfil socioeconômico parecido. Os participantes do programa mostraram um elevado grau de satisfação e um elevado grau de conscientização a respeito da importância de sua contribuição individual para a preservação do meio ambiente.

A maioria dos entrevistados recomendaria aos vizinhos que participem do programa. Por outro lado, muitos ainda se mostram pouco informados sobre outras modalidades do programa que geram renda (Sistema Agroflorestal – SAF –, Silvipastoril ou floresta de manejo) e também indicaram que os recursos recebidos foram relativamente baixos, não sendo suficientes para investir em outras atividades ou contratação de mão de obra adicional. Com relação a impactos econômicos, a maioria também indicou nenhuma alteração com relação a produção agrícola, rendimentos, uso de combustíveis, mudas pesticidas e fertilizantes, bem como na disponibilidade hídrica

da propriedade após o início do programa. Com relação às economias dos municípios, a maioria dos entrevistados também não indicou percepção de alterações significativas.

Em relação aos efeitos do programa sobre as economias dos municípios, os resultados mostram que os impactos estimados têm magnitude relativamente modesta frente ao nível das variáveis analisadas e diferenciado pelo tamanho dos municípios. Especificamente, encontramos resultados positivos sobre o Valor Adicionado da Agropecuária, produção de café e valor da produção agrícola para os municípios com menor PIB per capita do estado (25% menores). Na direção oposta, encontramos um impacto negativo para a produção de milho para municípios com maior PIB per capita (50% maiores). Entretanto, as magnitudes desses efeitos são muito pequenas frente ao nível das variáveis: o maior deles foi de 0,27% sobre a produção de café e o menor de 0,08% sobre o Valor Adicionado da Agropecuária. Em outras palavras, mesmo as variáveis para as quais se verificou impacto diferente de zero responderam de forma modesta ao programa Reflorestar. Tal resultado é consistente com a observação de que o programa teve dimensão bastante reduzida em relação ao tamanho das economias locais.

3.5. Funcultura

Projeto coordenado por Lígia da Motta Silveira Borges

3.5.1. A política

O Fundo de Cultura do Espírito Santo (Funcultura) foi criado em 2008 por meio da Lei Complementar nº 458/2008[28] e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.155-R/2008[29]. Desde então, é o principal mecanismo do governo do estado do Espírito Santo para implementação de políticas públicas voltadas ao campo cultural e ocupa posição estratégica no estado para garantia e promoção democrática de acesso, produção, circulação e difusão da cultura e seus bens. É por meio do Fundo que o estado incentiva e valoriza a diversidade cultural e artistas locais, bem como a preservação e a manutenção do patrimônio material e imaterial capixaba, impulsionando o desenvolvimento social e econômico no Espírito Santo.

A gestão do Funcultura está a cargo da Secretaria da Cultura (SECULT), que é responsável pela abertura dos editais e pela seleção de membros para as Comissões Julgadoras, assim como pelo acompanhamento do processo de seleção de projetos até o pagamento do prêmio.

[28] Disponível em: < http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20458.html> Acesso em 24.02.2021.
[29] Disponível em: < https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/Decreto%20Funcultura.pdf>. Acesso em 24.02.2021.

Os recursos são aplicados em projetos, ações e programas baseados nas três dimensões da cultura: cultura como expressão simbólica de um povo, cultura como direito e cidadania e cultura como economia que gera renda e trabalho (ESPIRITO SANTO, 2008). Os interessados em executar projetos dessa natureza devem inscrevê-los no edital escolhido, sendo os projetos selecionados por uma Comissão Julgadora constituída por especialistas em cada seguimento artístico-cultural e não pertencentes ao quadro técnico da SECULT.

O Funcultura conta com um Grupo Coordenador composto pela SECULT (presidência), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES) e o Conselho Estadual de Cultura (CEC). Além de avaliar todas as ações desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações de recursos do Fundo, esse grupo é responsável pelas diretrizes e priorizações para a destinação dos recursos, bem como o planejamento das atividades, o levantamento de fontes de captação, os ajustes na regulamentação do Fundo, dentre outras atribuições.

A abertura dos editais é feita a partir das diretrizes do Governo do Estado e do Conselho Estadual de Cultura (CEC), instância representativa dos setores culturais do Espírito Santo mais antigo que a própria SECULT, que consiste em um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, de direção superior. Por meio de suas Câmaras são realizadas análises e estudos, emitidos pareceres e orientações técnicas que dão as diretrizes para votações e deliberações do CEC, por conseguinte, de sugestões para ações públicas de fomento e incentivo à cultura.

3.5.2. Metodologia de avaliação

A metodologia de pesquisa utilizada foi a Análise Executiva, um tipo de avaliação *ex post* (Figura 17), ou seja, uma avaliação de intervenções já em andamento, que tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre o desempenho da política pública demandando baixo dispêndio de recursos. O intuito é de se fazer recomendações quanto à continuidade da política e a indicação de realização de avaliações adicionais mais aprofundadas. (IJSN, 2018).

Importante ressaltar que não foi possível analisar a percepção dos usuários, uma vez que a política não coleta esses dados de forma sistemática.

Figura 17 - Metodologia da Análise Executiva



Fonte: IJSN, 2018. Elaboração: Análise Executiva do Programa Funcultura.

Assim, com o objetivo de compreender a política por completo, deve-se, primeiramente, tomar conhecimento de todas as suas características, por meio de registros, documentos e dados disponíveis, incluindo os de monitoramento da política e as informações obtidas junto aos gestores e equipe. Para tanto, foi constituído o grupo técnico de trabalho (GTT) composto pela Gerência de Economia Criativa (GCRIA), a Gerência do Fundo Estadual de Cultura (GFEC) e equipe do IJSN.

Em seguida foi realizado uma pesquisa bibliográfica e análise dos dados secundários disponíveis do setor da cultura com a finalidade de compreender de forma mais detalhada o problema a ser resolvido.

O próximo passo foi a sistematização da Teoria do Programa[30] da política e posterior elaboração de seu Modelo Lógico, descrevendo os insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, assim foi possível a análise entre as causas do problema e as ações propostas assim como os resultados esperados.

A análise dos processos que envolvem a implementação da política foi a etapa que se seguiu. Uma vez que a política foi implantada em 2009, o foco dessa análise foram os processos de operação da política com a preocupação de relatar e analisar o

[30] A teoria do programa é uma representação de como uma intervenção deve atingir seus resultados desejados.

processo que é seguido nos dias de hoje, mas sem perder de vista as dificuldades e melhorias enfrentadas ao longo da existência do fundo. Em seguida foram analisados tanto as entregas quanto os resultados alcançados pela política.

Com base em todas as informações obtidas anteriormente, foi realizada uma análise crítica dos componentes da política, usando Matriz SWOT, que leve em conta as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas, de modo a embasar as recomendações e com isso corrigir problemas e melhorar os resultados.

3.5.3. Os Resultados

Ao longo do ano de 2020 foi feita análise do desenho da política, assim como mapeados e analisados os principais processos e na sequência foi realizada análise crítica do Fundo com a finalidade de identificar gargalos e problemas.

A Figura 18 apresenta o modelo lógico do Funcultura. Esse é um importante instrumento pois expõe a coerência e a teoria do programa de uma política, de forma simples, visual e sistemática, sendo muito útil no momento da formulação e da política pois permite ao gestor a compreensão do programa de maneira ampla, auxiliando na análise das informações e no planejamento do monitoramento. Também é importante instrumento para análise da política, pois auxilia no desenho das mesmas, na formulação de questões de avaliações ou no diagnóstico dos resultados e impactos esperados.

Figura 18 - Modelo lógico do Funcultura

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS E IMPACTOS
• Proponentes[31] • Prêmios • Diárias • Carros e gasolina • Infraestrutura física e material de consumo • Plataforma online para cadastro e acompanhamento • Servidores da Secult • Servidores de outros órgãos do governo (PGE, Financeiro) • Parceiros (Outras secretarias, SETADES, SEDH) • Parcerias financeiras • Plataforma de divulgação (agência, sites, redes sociais)	• Promoção de reuniões com o CEC • Busca de parcerias • Elaboração dos editais • Divulgação dos editais • Seleção da Comissão Julgadora • Realização de Oficinas de Capacitação para potenciais proponentes • Inscrição do projeto • Seleção dos projetos • Pagamento dos prêmios • Acompanhamento/Fiscalização dos projetos • Prestação de contas • Avaliação da prestação de contas • Aplicação de penalidades (se necessário) • Atualização de projetos (se necessário)	• Parcerias efetivadas • Editais • Comissão julgadora • Proponentes capacitados • Projetos inscritos (selecionados e não selecionado) • Prêmios pagos • Relatórios de acompanhamento • Relatório de prestação de contas • Relatório de avaliação de prestação de contas • Projetos atualizados • Banco de dados e acervo	• Aumento dos eventos culturais promovidos • Aumento de obras produzidas (livros, curta e longa metragem, pinturas...) • Aumento da participação de artistas e técnicos capixabas no cenário nacional • Aumento de artistas e técnicos que tem como renda principal a produção artística • Distribuição mais homogênea de produtos e serviços culturais (fora da RMGV) • Aumento de cidadãos que consomem produtos ou serviços culturais (formação de plateia) • Perpetuação e manutenção da identidade cultural capixaba • Pessoas foram atingidas diretamente pela ação

Fonte/Elaboração: Análise Executiva do Programa Funcultura.

[31] Artistas, estudiosos, coletivos, empresas produtoras e produtores culturais que inscrevera, projetos nos editais do Funcultura.

Com a elaboração do modelo lógico, foi possível analisar o desenho da política e construir a matriz de indicadores para monitoramento da mesma. Em seguida, os principais processos do Funcultura foram documentados e analisados. O foco da análise dos processos foi a operação da política, verificando se os insumos são suficientes e se as atividades estão ocorrendo conforme programadas. Também, foram observados os aperfeiçoamentos do processo, com o intuito de averiguar se estão ocorrendo de forma a aumentar sua eficiência.

Finalmente, foi realizada a análise crítica do Funcultura através da matriz de SWOT, que sintetiza as análises internas e externas; identifica elementos-chave para a gestão, estabelece prioridades de atuação tanto na resolução de problemas quanto no fortalecimento das potencialidades. A análise se deu por meio de reflexão a respeito das forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) da política pública. Um resumo da matriz SWOT do Funcultura é apresentada na Figura 19.

Figura 19 - Matriz SWOT resumida do Funcultura

	FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES INTERNOS	Política baseada na análise de experiências de outros estados.	Grande parte do recurso para o Fundo é do tesouro estadual.
	Existência de base legal que regulamenta a política e permite acesso a recursos de outras fontes.	Processo de Acompanhamento e fiscalização não padronizado.
	Seleção de projetos culturais por meio de editais anualmente: processo democrático (meritocracia e respeito às minorias), impessoal, amplo (contempla diversidade, juventude e pontos de memória), com critérios claros por categoria.	Os fiscais têm excesso de projetos para acompanhar e/ou outras atividades na secretaria, o que impede um acompanhamento mais frequente e próximo do projeto.
	Participação da sociedade, por meio do Conselho Estadual de Cultura (CEC), na definição dos editais, valores e critérios.	Faltam recursos financeiros (combustível e diárias) que viabilize acompanhamento mais próximo.
	Existência de oficinas de capacitação nas diversas regiões do estado que orientam para a inscrição dos projetos.	Ausência de suporte digital para realização de acompanhamento virtual efetivo dos projetos.
	Existência de Comissão Julgadora para avaliar e ranquear os projetos inscritos.	Relatório final da pesquisa não coleta as informações relevantes sobre o perfil do beneficiário e o projeto.
	Editais com formato flexível para submissão de projetos: envio presencial, por CD e plataforma online.	Relatório final da pesquisa não coleta as informações relevantes sobre o perfil do beneficiário e o projeto.
	Editais que contemplam diversas linguagens, manifestações da cultura, expressões que não são comerciais e editais transversais.	Ausência de linha de financiamento reembolsável para as novas linguagens.
FATORES EXTERNOS	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
	Existência dos elementos fundamentais do sistema estadual de cultura: conselho, plano e fundo.	Extinção do Ministério da Cultura e descontinuidade na esfera federal das políticas para o setor da Cultura.
	Plano estadual de cultura construído de modo criterioso e participativo.	Cenário fiscal da União.
	Plano estadual de cultura coloca o Fundo como principal mecanismo de financiamento da cultura no estado.	A maioria dos municípios não tem uma Secretaria da Cultura e poucos do ES têm seu sistema municipal de cultura estruturado.
	Parcerias com órgãos do governo estadual.	Inexistência de outros mecanismos para atender a empresas e profissionais da área.
	Novas alternativas para captação de recursos para o Fundo como Financiamento Coletivo (crowdfunding).	Inexistência de uma Lei Estadual de Cultura.
	Possibilidade de tornar o Fundo financeiro.	A padronização do processo ocasiona uma facilidade maior para os artistas que já receberam o prêmio anteriormente.

Elaboração: Análise Executiva do Programa Funcultura.

A pesquisa foi concluída em 2020, e seu relatório final será publicado no primeiro semestre de 2021.

3.5.4. Recomendações para os Órgãos finalísticos

Após analisar todas as informações consolidadas, a equipe da pesquisa fez recomendações/sugestões com a finalidade de aumentar a efetividade da política, dentre elas recomendou-se:

i - Incluir critérios de seleção que minimizem ou evitem o número de vezes que um mesmo artista pode concorrer, ou seja, que um mesmo artista utiliza consecutivamente prêmios na mesma categoria;

ii - Coletar dados do perfil dos inscritos (contemplados com o prêmio ou não) e também dos projetos, tanto no momento de inscrição quanto na prestação de contas. Uma vez identificados os dados relevantes para a gestão, é importante buscar uma solução que tenha a capacidade para incorporar os novos dados;

iii- Estabelecer uma sistemática de acompanhamento dos projetos por edital e definir periodicidade mínima e forma de acompanhamento. Também é importante implementar uma ação que vise dimensionar a necessidade de recursos humanos, suporte digital e orçamento para que o acompanhamento seja realizado a contento;

iv- Atualizar a legislação do Fundo com vistas a incorporar os avanços trazidos pela política Cultura Viva, pelo Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade e pela Lei denominada Aldir Blanc dentre outros. Essas legislações citadas anteriormente, abarcam a subjetividade da área cultural e estão de acordo com os avanços tecnológicos dos últimos anos;

v- Estudar estratégia para garantir que a sociedade tenha conhecimento das ações realizadas por meio do Funcultura, seja pela inclusão de contrapartidas nos editais explicitamente referentes a divulgação das ações ou através de criação de campanha publicitária unificada conduzida pela própria Secult.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo um programa recém estabelecido pelo Governo do Estado, o SiMAPP é considerado pela comunidade acadêmica como um *case* de sucesso rumo à institucionalização e fortalecimento das práticas de Monitoramento e Avaliação no Espírito Santo. Suas atividades levam a gestão pública capixaba a se manter atualizada sobre os procedimentos que, internacionalmente, são tidos como essenciais para a formulação e execução de políticas públicas mais eficientes, e que consideram o cidadão como o usuário central.

Estamos diante de uma iniciativa pioneira no Brasil, referência por impulsionar o Governo a modernizar-se através da criação de novos paradigmas no contexto das políticas públicas estaduais. Conforme demonstrado neste relatório, o SiMAPP levanta uma série de dados e evidências científicas que possibilitam uma tomada de decisão mais assertiva em relação à melhoria das políticas avaliadas.

Em 2020, com a conclusão e entrega dos resultados de mais dois projetos de avaliação (Bolsa Capixaba e Funcultura), e por meio da realização de ações que visam levar a palavra do Monitoramento e Avaliação para outros órgãos do Governo, o SiMAPP encerra este ciclo reafirmando sua posição estratégica enquanto agente transformador da cultura organizacional da administração pública no Espírito Santo.

Atualmente, o SiMAPP não mais se encontra em fase de prototipagem, mas vive um momento de amadurecimento, aprendizagem e melhoria de seus processos. Os resultados entregues até então já são muito significativos e correspondem aos objetivos institucionais traçados em lei, e a tendência é prosseguir em movimentos constantes na direção da inovação para o ciclo das políticas públicas estaduais, para que, os dados levantados continuem a surtir efeitos positivos na vida e no cotidiano da população.

Mas o desafio é grande para todos aqueles que tornam o SiMAPP possível, visto que ainda há muito espaço para sua expansão e desenvolvimento. Seja para quem compõe a CAE, o NUMA ou os Órgãos Finalísticos, a missão para os próximos anos é lapidar as dinâmicas já existentes, pensar na entrega de novos produtos, aprimorar as técnicas que já foram dominadas e encontrar soluções para novas demandas que surgirão. E a principal motivação é continuar atuando em prol de uma gestão pública transparente e atenta às necessidades do povo.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita et al. ***Assessing the impacts of Mais Educacao on educational outcomes: evidence between 2007 and 2011.*** *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 7644, 2016.

BARROS; CARVALHO; M.; FRANCO, S. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão n. 986, 2003.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01.03.2021.

ESPÍRITO SANTO, Decreto n. 2155-R, de 17 de novembro de 2008. Regulamenta o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo. Disponível em: < https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/Decreto%20Funcultura.pdf>. Acesso em 01.03.2021.

_____. Decreto n. 4577-R, de 11 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Programa Jovens Valores e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sindjud.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Decreto-Consig-4576-R-Res.TJES_.pdf>. Acesso em 24.02.2021.

_____. Decreto n. 4639-R, de 30 de abril de 2020. Dispõe sobre o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2020b. Disponível em: < https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4833#/p:9/e:4833?find=4639-R > Acesso em: 24.02.2021.

_____. Instrução de serviço conjunta nº 49, de 24 de maio de 2018. Institui Grupo Executivo de Trabalho para acompanhamento do monitoramento das políticas públicas estabelecidas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4088#/p:13/e:4088?find=grupo%20executivo%20de%20trabalho>. Acesso em 24.02.2021.

_____. Lei n. 9.753, de 16 de dezembro de 2011. Cria o Projeto Bolsa Capixaba — PBC, destinado a ações de transferência de renda e dá outras providências. Disponível em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9753.html>. Acesso em 01.03.2021.

_____. Lei n. 10.382 de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo — PEE/ES, período 2015-2025. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/10.382.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.382%2C%20DE%2024,ES%2C%20per%C3%ADodo%202015%2F2025>. Acesso em 25.02.2021.

_____. Lei n. 10.744, de 05 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP). Vitória, 2017b. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html> Acesso em: 24.02.2021.

_____. Lei Complementar Nº 458, de 21 de outubro de 2008. Dispõe sobre a criação do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA). Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20458.html>. Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências. Disponível em: < http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec9282019.html>. Acesso em 02.03.2021.

_____. Secretaria de Educação, Portaria n. 145-R de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes para as Organizações Curriculares da Rede Pública Estadual de Ensino para o Ano Letivo de 2020. Disponível em: < https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/PORTARIA%20n%C2%BA%20145-R%20-%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%20-%2019.12.2019%20-%20Anexos%20-%20Final%20-%2019.pdf>. Acesso em 25.02.2021.

_____. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEAMA). **Atlas da mata atlântica do estado do Espírito Santo: 2007-2008/2012-2015.** Cariacica, 2018.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Programa Reflorestar.** Disponível em: <https://iema.es.gov.br/programa-reflorestar>. Acesso em 14.09.2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. In: **Guia para Avaliar Políticas Públicas — Avaliação ao alcance de todos: Análise Executiva (Volume 3).** Vitória, 2018. Disponível em < http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6420>. Acesso em 01.03.2021.

_____. In: **Guia Para Avaliar Políticas Públicas — E quando a política está em andamento? Avaliação *ex post!* (Volume 4).** Vitória, 2018. Disponível em: < http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6421>. Acesso em 01.03.2021.

_____. In: **Nota Técnica nº 56 — Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Estado do Espírito Santo (SiMAPP)**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6376>. Acesso em 24.02.2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2020.** Brasília: INEP, 2020.

_____. **Censo Escolar: microdados 2012-2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 01 fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1** / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

PESTANA, Simone Freire Paes. **Afinal, o que é Educação Integral?** Revista Contemporânea de Educação, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/junho, 2008.